



Anais da Assembléia

D.A. 035

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE ABRIL DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartório - Hidekazu Takayama - Júlio Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1998**

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados João Techy e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X E P E D I E N T E:

Ofício:

O F Í C I O

Sob no nº 086/988 - GTB, do Senhor Ricardo Maia, Presidente da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR, encaminhando cópia da documentação referente à prestação de contas dessa empresa, pertinente ao exercício de 1997. Ao conhecimento da Casa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 97/98, relativo à Mensagem nº 010/98, de autoria do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 100/98, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor OLYMPIO DE SÁ SOTTO MAIOR NETO.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 101, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária (14.04).

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 538

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, com base no Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinária, logo após a presente Sessão Ordinária, para apreciação de matérias aprovadas ou outras a serem incluídas.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a convocação do Secretário de Estado da Fazenda, Senhor Giovani Gionédís, e dos Diretores do Banco do Estado do Paraná e de suas empresas conglomeradas para prestarem esclarecimentos à esta Casa de Leis sobre o processo em andamento de privatização do Banco, que vem sendo negociado junto ao Governo Federal.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Esta convocação faz-se necessária para que a Assembléia Legislativa possa tomar devido conhecimento, bem como discutir o mérito da proposta do Governo do Estado para a privatização do Banco do Estado do Paraná, que vem sendo negociado junto ao Governo Federal e dos motivos que o levaram a abandonar a alternativa de saneamento da instituição com manutenção do controle acionado pelo Estado do Paraná, conforme preconizado na Lei Estadual nº 11.961 de 19 de dezembro de 1997.

É notório o discurso do governo para justificar atos governamentais voltados a atração de investimentos, que entre os vários motivos destaca-se a perspectiva de geração de novos empregos e a consolidação de um novo perfil para a economia paranaense. É do reconhecimento público que o Banco do Estado do Paraná, nestes setenta anos de sua existência, "desempenhou um papel extremamente relevante para o fomento do progresso na agricultura, na indústria, no comércio, no financiamento de programas sociais e no apoio aos municípios" como afirma o empresário e Presidente da Associação Comercial e Industrial do Paraná, Ardisson Akel (Folha do Paraná, 08.04.98). O Banco é responsável pela manutenção de mais de dez mil postos de trabalho, distribuídos pelas centenas de agências e postos de serviços espalhados pela quase totalidade dos municípios paranaenses.

Pois bem, o processo de privatização em andamento vai, justamente, retirar da sociedade paranaense este instrumento fomentador de seu desenvolvimento, e vai fechar milhares de postos de trabalho, agravando ainda

mais o drama do desemprego no País e no Estado. Somente na Região Metropolitana de Curitiba existem mais de 150 mil desempregados, conforme revelam os dados da Pesquisa de Emprego realizados pelo IPARDES/DIEESE.

Por isso, entendemos que esta convocação atende às necessidade de inserir esta Casa de Leis, que brevemente deverá legislar sobre a matéria, neste debate, de interesse não apenas do Governo, mas de toda sociedade paranaense e aos Parlamentares que foram eleitos para representá-la.

REQUERIMENTO Nº 548

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições vem por intermédio desta, REQUERER da Mesa Executiva a realização de uma AUDIÊNCIA PÚBLICA, para dar conhecimento à sociedade paranaense bem como discutir a proposta de privatização do BANESTADO, que vem sendo negociado junto ao Governo Federal. A Audiência deverá contar com a presença de representantes de organizações da sociedade Civil (empresarial, trabalhadores, usuários), do Governo do Estado do Paraná e com a presença obrigatória, do Presidente do Conselho de Administração do Banco, Diretoria do Banco e das suas Subsidiárias.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Esta Audiência Pública constitui importante instrumento pelo qual a Sociedade Paranaense possa ser devidamente informada sobre a proposta do Governo do Estado para a privatização do Banco do Estado do Paraná, que vem sendo negociada junto ao Governo Federal e dos motivos que o levaram a abandonar a alternativa de saneamento da instituição com manutenção do controle acionado pelo Estado do Paraná.

É notório o discurso do governo para justificar atos governamentais voltados a atração de investimentos, que entre os vários motivos destaca-se a perspectiva de geração de novos empregos e a consolidação de um novo perfil para a economia paranaense. É do reconhecimento público que o Banco do Estado do Paraná, nestes setenta anos de sua existência, "desempenhou um papel extremamente relevante para o fomento do progresso na agricultura,

na indústria, no comércio, no financiamento de programas sociais e no apoio aos municípios" como afirma o empresário e Presidente da Associação Comercial e Industrial do Paraná, Ardisson Akel (Folha do Paraná, 08.04.98). O Banco é responsável pela manutenção de mais de dez mil postos de trabalho, distribuídos pelas centenas de agências e postos de serviços espalhados pela quase totalidade dos municípios paranaenses.

Pois bem, o processo de privatização em andamento vai, justamente, retirar da sociedade paranaense este instrumento fomentador de seu desenvolvimento, e vai fechar milhares de postos de trabalho, agravando ainda mais o drama do desemprego no País e no Estado. Somente na Região Metropolitana de Curitiba existem mais de 150 mil desempregados, conforme revelam os dados da Pesquisa de Emprego realizados pelo IPARDES/DIEESE.

Por isso, entendemos que esta convocação atende às necessidade de inserir esta Casa de Leis, que brevemente deverá legislar sobre a matéria, neste debate, de interesse não apenas do Governo, mas de toda sociedade paranaense e aos Parlamentares que foram eleitos para representá-la.

REQUERIMENTO Nº 550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Senhor JOÃO CANUTTO, falecido no último dia 07.04.98, no Município de Cianorte.

Peço enviar cópia à família enlutada, na Avenida Acre, 135 - Cianorte - PR, CEP 87200-000.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do Senhor JOSÉ CASTILHO, falecido no último dia 06.04.98, no Município de Cianorte.

Peço enviar cópia à família enlutada, na Avenida Allan Kardec, 1452 - Cianorte - PR, CEP 87200-000.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 552

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subcrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM envio de voto de pesar a família LUCENA, pelo falecimento do Senador HUMBERTO LUCENA, ocorrido no dia 13 de abril do corrente.

Nestes termos pedem deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio do presente à família enlutada, à Praça João Pessoa, s/n - Centro, João Pessoa - Paraíba, CEP 58019-900.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(aa) ORLANDO PESSUTI

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

TOTI COLAÇO

CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 543

Senhor Presidente.

O Deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal JOSÉ DOMICIANO SOBRINHO e FRANCISCA DE SALES, que completará 60 anos de união conjugal em 07.05 do corrente, celebrando "BODAS DE DIAMANTE".

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 30.10.97.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, de votos de congratulações e aplausos, ao Município de CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES, pela passagem de seus 34 anos de emancipação política, no próximo dia 28 de abril/98.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Altair Zeniewicz, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Senhor Rubin Pilger, assim como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Capitão Leônidas Marques.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A população de Capitão Leônidas Marques, com grande alegria estará, no próximo dia 28.04.98, festejando os 34 anos de emancipação política desse município jovem que vem conseguindo vencer as dificuldades, apresentando invejável progresso.

Através desta proposição homenageamos toda a população de Capitão Leônidas Marques, com o nosso reconhecimento pela eficiente colaboração ao longo destes anos. Também prestamos nossa homenagem aos seus administradores de todos os tempos, que muito contribuíram para que o município continue se sobressaindo para conseguir um lugar de destaque no cenário paranaense e brasileiro.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, renova sua gratidão a todos na certeza de que continuarão na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 546

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a aprovação de uma Moção de Apoio ao movimento deflagratório deflagrado pelos professores do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET).

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(aa) IRINEU COLOMBO, SÉRGIO SPADA, BASÍLIO ZANUSSO, AUGUSTINHO ZUCCHI, CARLOS SIMÕES, CAÍTO QUINTANA, LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, DOUTOR ROSINHA, TOTI COLAÇO, HIDEKAZU TAKAYAMA, PÉRICLES DE MELLO E MARQUINHOS ALVES

JUSTIFICATIVA:

Os professores docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET) e das universidades federais estão reivindicando a reposição emergencial de 48,65% nos seus salários, pois estão sem reajuste salarial há mais de três anos. Além disso, reivindicam mais verbas e investimentos para a educação, a fim de evitar o sucateamento do setor educacional do País.

Por isso, é fundamental o apoio e a solidariedade desta colenda Casa de Leis, aos pais, estudantes e professores que estão participando do movimento reivindicatório contra a política educacional do Governo Federal. Aqui no Paraná, o SINDOCFET, entidade que representa os professores do CEFET, tem demonstrado alto grau de responsabilidade na condução do movimento paredista deflagrado pela categoria.

Isto posto, solicito a aprovação deste requerimento pelos nobres Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 553

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Comandante da 5ª Região Militar, Pedro Augusto da Silva Neto; ao Comandante da 5ª Brigada de Infantaria Blindada, General de Brigada Albery Santini; e ao Ministro do Exército, Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, pelo transcurso da Semana e do Dia do Exército.

O Exército Brasileiro é formado por soldados, cabos, sargentos e oficiais que representam a retaguarda moral e social da nossa Pátria. Na presença de epidemias, nas campanhas de vacinação, na construção de estradas, nas calamidades de enchentes, incêndios ou em qualquer eventualidade que afete a tranquilidade e a segurança do nosso território, é a interven-

ção do Exército que faz com que suam amenizadas todas as situações das quais participa.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Comandante da 5ª Região Militar, da 5ª Brigada de Infantaria Blindada e ao Ministro do Exército.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 554

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja concedido voto de congratulações aos advogados Luiz Roberto Wambier, Renato Correia de Almeida e Eduardo Talamini, pelo futuro lançamento do livro "Curso Avançado de Processo Civil" que ocorrerá na próxima Bienal do Livro em São Paulo.

O livro aborda toda a matéria de Direito Processual Civil e se destina a estudantes e pessoas que precisem revisar o conteúdo para concursos públicos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência aos advogados Luiz Robrigues Wambier, Renato Correia de Almeida e Eduardo Talamini, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 544

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido da Senhora Janete Lisevski, moradora da Rua Deputado João Leopoldo Jacomel, 1034 - Bairro Jardim Cristina, a qual solicita reparos na Rua Afonso Dissenha, localizada no Jardim Jussara.

É necessário passar a máquina e colocar saibro devido esta rua encontrar-se cheia de buracos e intransitável. O mato também está muito alto e precisa ser cortado.

O pedido está sendo feito em nome de toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 555

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção das matérias jornalísticas da "Gazeta Mercantil" e de "O Estado do Paraná", escrita pelo Senhor Pedro Geraldo, anexo a que se referem à privatização do BANESTADO, por conterem as opiniões de analistas abalizados e com isenção política.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 109/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a isentar do pagamento das taxas de água e luz, as Associações de Moradores de Bairros do Estado do Paraná e as creches que estejam cadastradas junto à Secretaria da Criança e Assuntos da Família.

Art. 2º - A entidade, para gozar do benefício previsto nesta lei, deverá estar legalmente constituída, comprovar a finalidade não lucrativa e o efetivo funcionamento, bem como não poderá ter sua Diretoria remunerada.

Art. 3º - A sede de funcionamento da Associação de Moradores de Bairros, deverá ser comprovada mediante cópia da certidão de propriedade do registro de imóvel, ou contrato de locação, ou contrato de comodato, ou cessão de uso, conforme o caso.

Art. 4º - Os requisitos exigidos pelos artigos segundo e terceiro, deverão ser comprovados a cada 180 dias, e o não cumprimento implica na suspensão do benefício até a efetiva comprovação, mediante apresentação dos documentos.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) PÉRICLES DE MELLO

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, ao propor a isenção das taxas de água e luz para as Associações de Moradores de Bairros, visa conceder um auxílio a estas organizações populares, que passam por sérias dificuldades econômicas e que prestam serviços altamente relevantes à comunidade.

As Associações de Moradores de Bairros, são instrumentos importantíssimos para a vida das comunidades de periferia das cidades, funcionando muitas vezes como suplente da administração pública na resolução de problemas diversos da comunidade local. Vale lembrar que muitas obras são realizadas em mutirão, com as comunidades locais doando dias de serviços a bem da coletividade.

Da mesma forma temos as creches, que já estão devidamente cadastradas na Secretaria Estadual da Criança e Assuntos da Família, que prestam serviços de vital importância para a comunidade e que por vezes estão tendo o fornecimento de água e luz cortado em vista da dificuldade econômica por que estão passando.

Entendemos ser de grande alcance social esta proposição, visto que o benefício irá sem dúvida, reverter-se em prol da coletividade, minimizando os custos para o funcionamento das entidades.

Assim sendo, solicito aos nobres Pares desta Casa, o apoio para esta proposição, a fim de que possamos incentivar as atividades deste importante segmento social.

PROJETO DE LEI Nº 110/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º da Lei nº 10.197, de 16 de dezembro de 1992, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Sagrados Corações, com sede e foro no Município de Ponta Grossa."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A motivação da apresentação deste plano de lei é de alterar a lei que declarou de Utilidade Pública a Creche Sagrados Corações do Jardim Esplanada, tendo em vista que uma reforma estatutária alterou o nome da entidade, passando a denominar-se Creche Sagrados Corações.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 111/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa do Caminho - Albergue Infantil, com sede e foro no Município de Londrina - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Casa do Caminho é uma instituição filantrópica, fundada em 1987, que atende crianças órfãs de todas as idades, meninos e meninas de rua e crianças excepcionais.

Atualmente a instituição atende cerca de 130 entre regime de internato, semi-internato e itinerantes, além de fornecer sopa para as famílias carentes da favela Santa Fé.

A entidade sobrevive de doações de voluntários, pois é instituição sem fins lucrativos e que vem desenvolvendo um importantíssimo trabalho junto à população carente de Londrina.

Com base nos dados fornecidos pela instituição, solicitamos aprovação do presente Projeto de Lei que declara a Utilidade Pública da mesma.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghe-tti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vou fazer aqui um desabafo, e quero que fique registrado nos Anais desta Casa, se por acaso acontecer alguma coisa à minha vida nas próximas 48 horas.

Primeiro - aliás, não sou eu, também outros estão correndo o mesmo risco de vida - porque sempre tenho dito que temos no Paraná, Deputado Valdir Rossoni, a melhor Polícia do Brasil, tanto a Civil como a Militar. Noventa e nove por cento, Deputado Romanelli, presta, honra o seu distintivo, tanto na Polícia Militar como na Polícia Civil.

Na semana passada - aliás, vou retroceder um pouco ao passado - há quatro anos atrás, descobri que um policial havia montado na Capital do Estado, o "Disk Cocaína". E comecei com o meu jornalismo investigativo, que sou homem de televisão, sou jornalista, e ao mesmo tempo, como deputado, porque quem vota em mim é o povo, e não sou gigolô do dinheiro público, quem me paga para ser Deputado é o povo do Paraná, e a minha consciência de Parlamentar é pela cidadania, pela justiça social, pela família, pelos nossos filhos, e pelos esquecidos do Paraná.

Comecei a perseguir este policial, ameaçando, Deputado Romanelli. Denunciei ao Ministério Público, ao Secretário, armaram um esquema com o Ministério Público, que temos que entender: primeiro Deus, depois Poder Judiciário; primeiro Deus, depois o Ministério Público; sem o Poder Judiciário, vamos perder as asas das nossas liberdades constitucionais.

Graças ao Ministério Público, graças ao Doutor Adauto, brilhante Delegado da Polícia Civil - vale a pena registrar esse nome, Deputado Romanelli, Doutor Adauto - num grande trabalho com o Ministério Público, prende o homem que queria que fosse preso, porque eu o considerava um canalha, um vagabundo, um cancro, porque ele estava matando os filhos de Curitiba, os filhos de Londrina, os filhos de Maringá, porque ele havia montado um "Disk Cocaína" no Estado do Paraná.

Eis quem é o homem: conhecido por "Marrom", foi preso em flagrante. Não sei o que aconteceu, Deputado Val-

dir. Pensei que ele estava na penitenciária.

Na semana passada, Deputado Valdir Rossoni, o meu espanto: a uma hora da manhã me acordaram - final de semana estava em Londrina, porque a minha vida é a vida de cigano, moro aqui e moro em Londrina, são as duas cidades que me elegem e o restante do Paraná - veja bem, Romanelli, uma hora da manhã me tiram da cama, em Londrina e me dizem: "O Marrom foi preso". "Mas como o Marrom foi preso, se o Marrom está na penitenciária?" "Está preso, foi pego com 12 quilos de cocaína!" Falei: "Mas, como?" "Ele foi expulso".

Me explicaram que eu queria que ele fosse preso e ele foi preso. Foi expulso da Polícia, estava respondendo em liberdade, estava numa condicional; foi a Joinville - Santa Catarina é o maior foco, senhores pais que estão aqui, senhoras mães, se algumas das senhoras qu4 estão aqui têm filhos ou irmãos, Santa Catarina hoje é o maior foco de cocaína e de crack do Sul do País. Santa Catarina - Joinville, Itajaí - é ali que desemboca a maior parte da coca - e o Deputado Carlos Simões que tem a mesma vida de jornalista como eu, sabe muito bem; o Deputado Ricardo Chab e outros companheiros da imprensa, da crônica policial, como o meu querido Charles, da Tribuna, que já fez vários artigos no Diário Popular, são os dois jornais da crônica policial de maior respeito e maior credibilidade, hoje, no Estado do Paraná.

Muito bem, Senhores Deputados. O Senhor ex-policial, o "Marrom", foi preso com doze quilos de cocaína, está preso e agora não vai mais sair da penitenciária.

E hoje eu estava quieto, hoje levantei e fiquei com medo e falei: "O Doutor Adauto está correndo risco de vida".

Quando cheguei na televisão, de manhã, Deputado Romanelli, Deputado Caíto Quintana, recebi um telefonema: "Ô canalha, ô boca-dura, se você falar alguma coisa, nós vamos te aprontar, nos vamos arrumar para a tua cabeça".

Então, imaginei: ou vão me matar, ou vão colocar cocaína no meu carro, ou vão seqüestrar um filho meu, ou vão seqüestrar os meus netos, ou vão arrumar para a cabeça dos meus filhos! Porque hoje um dos jornais que

considero que o Paraná, hoje, não perde nada para os outros Estados, temos os melhores do Brasil, no Paraná; mas a "Folha do Paraná" trouxe em primeira página, Deputado Caíto, que o Delegado Adaauto - Deputado Péricles, Romanelli, Toti, prestem atenção, Senhores, Deputado Rosinha - descobriu uma quadrilha dentro da Polícia do Paraná que tem o "Disk Cocaína"! Existe dentro da Polícia do Paraná, Senhor Romanelli, uma quadrilha com 33 policiais que traficam cocaína os principais bairros da Capital, entregam a cocaína nos apartamentos, atendem por celular, está tudo nas mãos do Delegado Adaauto e está publicado - se os senhores quisessem podem mandar buscar nos seus respectivos gabinetes a matéria de uma jornalista que teve a ousadia de denunciar a quadrilha da Polícia Civil, dentro da própria Polícia, que está traficando cocaína na Capital do Paraná.

Meus Deus do céu! Em quem vou acreditar agora? Repondam para mim!

Quando fui hoje ao meu programa, ao meio dia e meia, antes de entrar, o terceiro telefonema: "Fala para esse 'boca-dura' não abrir a boca, que vamos arrumar para a cabeça dele". Pois abri, chamei os trinta e três de vagabundos, canalhas, assassinos, cancos, párias da sociedade e espero que o Ministério Público, que é soberano, que o Delegado Adaauto, que também está correndo risco de vida, que o Governador Jaime Lerner, que o Secretário de Segurança prebendam esses assassinos, prendam! É uma pena que neste País não tenha, pelo menos, a prisão perpétua para estes canalhas pagarem pela comida que vão comer na penitenciária!

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só um minuto, Deputado.

Vão desbaratar. O Delegado Adaauto está correndo risco de vida. Não estou incomodando se eles vão colocar cocaína no meu carro, no meu gabinete. Já coloquei um segurança. Para viajar, vou ter que levar segurança. A minha segurança é Cristo. Sou filho de Deus, irmão de Cristo e a minha família é o povo, e não tenho que temer nada.

Disse que eles poderiam me matar pelas costas. Pela frente não irão me

matar. Agora, a partir de hoje, se a "Folha do Paraná" comprou esta guerra, já comprei esta guerra a vida inteira, porque a minha vida é um livro aberto, não devo a vagabundo nenhum, neste Estado. A minha cara é limpa. Sou um Deputado sério como os senhores o são, e esta Assembléia é séria.

Já tive problemas na minha família com drogas, chorei lágrimas de sangue com um filho meu. Chorei lágrimas de sangue! Lágrimas de sangue, com um jornalista do Paraná, que tinha montado um "Disk Cocaína" em Londrina e quase matou o meu filho. Salvei a vida do meu filho e meu deu netos lindos! Hoje é uma pessoa linda! Não tenho vergonha! Por quê? Porque sou um Deputado? Não sou melhor do que aqueles senhores que estão aí defendendo o BANESTADO, defendendo os seus ideais. Quantas vezes o telefone tocava na minha cabeceira, eu pulava e quem me ajudou a salvar a vida do meu filho, foi o ex-Governador Álvaro Dias - meu particular amigo! O jornalista Fábio Campana me ajudou. Um grupo de amigos que tinha, me ajudaram, foi uma corrente de orações e numa clínica psiquiátrica que consegui salvá-lo, mas consegui derrubar o canalha que tentou derrubar meu filho, porque ele, não conseguindo se vingar em mim, foi se vingar no meu filho!

Já passei por este problema e não posso permitir que dentro da Polícia do meu Estado tenha uma quadrilha vendendo cocaína, como denunciou hoje um dos grandes jornais deste Estado, que é a "Folha do Paraná". Não posso admitir! Quantas vezes o Carlos Roberto Tavares denuncia na "Tribuna do Paraná", no "Diário Popular", os programas policiais e com todo o respeito aos demais órgãos da imprensa, a própria "Gazeta do Povo" já, numa página policial, o "Estado do Paraná" e outros jornais. Não sei se os senhores leram a "Folha do Paraná" de hoje, e se não leram, por favor, mandem buscar, dentro da Polícia do meu Estado, existe uma quadrilha que vende cocaína.

Para maior espanto meu, os senhores não vão acreditar no que descobri ontem: cheguei em casa, liguei o computador. Não trouxe aqui, está na minha mesa da televisão. Entrei na INTERNET para ver se tinha "E-Mail" para mim, o Paraná inteiro me manda

"E-Mail" pedindo coisas. Comecei a mexer, entrar na INTERNET. Quando eram 11:30, recebi um "E-Mail" de Londrina, do Marcelo, dizendo-me para acessar um endereço da INTERNET. Deputado Caíto, você sabe o que vi na tela ontem? Você pode comprar maconha via INTERNET! Inclusive, Deputado Carlos Simões, eles primeiro dão uma aula sobre o que é maconha, falam tudo, depois te perguntam se você quer receber a maconha na sua casa. Mas, é a coisa mais incrível, não acreditei no que via no meu computador! Eles te oferecem de graça o primeiro cigarro, mandam para a sua residência, depois é que vem o comércio e pelo computador você pode começar a comprar a maconha!

Então, se os senhores quiserem, está à disposição da Casa, estou encaminhando ao Ministério do Paraná, o endereço de acesso na INTERNET.

Pediria ao senhor, Pastor Takayama, que tem programa de televisão, que faça este alerta. Deputado Carlos Simões, sábado vou ouvi-lo e espero que o senhor faça o seu alerta.

Hoje a INTERNET está oferecendo maconha para matar nossos filhos!

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Alborghetti, a gravidade do assunto que Vossa Excelência trata na tribuna, mereceria tempo suficiente da sessão e prorrogação dela, se necessário for.

Não posso acreditar que haja uma verdade absoluta, e não estou duvidando de Vossa Excelência, é força de expressão, nesta afirmativa que existem policiais envolvidos num tal "Disk maconha" com reportagem levantada, conseqüentemente pelo menos o nome de uma pessoa deve existir para conhecimento e desta pessoa chegar a outros nomes, porque Deus me perdoe, Deputado Alborghetti, isto nos põe sem saber a quem recorrer.

Veja bem, Vossa Excelência recebeu três ou quatro telefonemas com ameaças veladas, mas ameaças à sua integridade. Qual seria a providência de um cidadão? Pedir socorro à Polícia, pedir para que a Polícia lhe preste segurança. Como pedir, se tem uma relação de trinta policiais que fazem parte do controle de uma gang que vende maconha? Daqui a pouco pode ser que a pessoa que seja colocada para lhe dar proteção, seja um dos

envolvidos e vá acabar lhe fazendo uma traição no momento em que o senhor menos espera.

Olha, Deputado Alborghetti, quero que dizer uma coisa: as pessoas não nascem de susto - como diz o ditado gaúcho. Acho que quando calarmos a nossa voz a assuntos como este e ficarmos aqui discutindo tantos assuntos sem fundamento, perdemos a razão do nosso mandato. Muitas coisas que acontecem e que aparentemente estão fora da esfera da Assembléia Legislativa, são exatamente assuntos para discutirmos suprapartidariamente, e prestarmos o apoio que o Paraná espera de cada um de nós.

Não sei quantos poderia dizer, mas quero lhe falar que pode contar com a minha solidariedade nesta campanha, neste movimento. Apoio a sua voz e, se precisar, vamos fazer novos pronunciamentos. E, vamos exigir, Deputado Alborghetti, de que a Segurança Pública tome providência contra essas declarações que Vossa Excelência está dizendo.

Surpreende-me menos que na INTERNET haja venda de maconha, porque afinal de contas é um comércio, que pode ser coibido pela autoridade acessando a INTERNET e, portanto, vendo quem é o autor desta página. Mas me surpreende menos do que a própria Polícia, porque no dia que aceitarmos que isso seja verdade, que na Polícia tenha um "Disk Maconha", meu Deus do céu, é a falência da segurança pública, da cidadania, do direito de família, de tudo o que possa existir de bom no seio da sociedade!

Parabéns pela coragem do seu pronunciamento e conte com a solidariedade irrestrita deste seu companheiro da Assembléia.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Mostro aos senhores um dos jornais do Paraná, que mostro no meu programa. Defendo a imprensa escrita e tenho o hábito, como jornalista, de até divulgar o nome dos repórteres que escrevem e os fotógrafos que retratam a realidade.

Deputado Caíto, mostro a Vossa Excelência a "Folha do Paraná", de terça-feira, dia 14: "Delegado denuncia trinta e três policiais. O Delegado Adauto de Oliveira, coordenador da força especial de repressão antidroga-

cos - Grupo Fera - denunciou em Curitiba, que pelo menos trinta e três policiais civis estão envolvidos com o tráfico de drogas na cidade. Oliveira tem dificuldades para prendê-los em flagrante, por conhecerem bem a estrutura da Polícia."

Canalhas! Vagabundo! Assassinos! Assassinos! Podres! Não tenho medo deles!

Tem alguma mãe aqui, que tem filhos? Algum dos senhores têm filhos? Tenho quatro netos: o Allan, a Bárbara, o Márcio Tales e o Luiz Carlos Alborghetti Neto.

Estou preocupado, como disse o Basílio, com o futuro desta Nação. Estou aqui desde que o Beto Richa era bebê. Tenho um livro, que você nem sabe que ele existe, com depoimentos do seu pai. Participei de vários congressos de toxicologia no Brasil, com o finado Doutor Éder Soares Vargas, e num dos livros, o seu pai - que está guardado, é a minha herança - dizia o seguinte: "droga é pior que uma herança nuclear". Isso saiu da boca do seu pai. E, você é moço, jovem, tem a responsabilidade com as palavras do seu pai neste Parlamento.

Adauto de Oliveira está correndo risco de vida. Quero que fique registrado nos Anais desta Casa, a matéria do jornalista Guilherme Puppo. Diz aqui: "Pelo menos trinta e três policiais civis estão envolvidos com o tráfico de drogas em Curitiba. A denúncia foi feita ontem pelo Delegado Adauto Abreu de Oliveira, coordenador..." O Delegado afirma que a Polícia já tem nome dos envolvidos e estudo, Deputado Caíto, a melhor maneira para fazer as prisões em flagrante. Mas o Doutor Arnaldo observa que a maior dificuldade para prender os policiais em flagrante, é que eles já conhecem a equipe que trabalha na Delegacia de Antitóxicos e interrompem as atividades ligadas ao tráfico na presença deles.

"Eles são tão policiais quanto eu", diz o Delegado Arnaldo, "e utilizam os meios possíveis para denegrir a instituição: a insígnia, o carro e a 'merda' da Polícia", diz o coordenador. E aqui ele fala do Marrom, o ex-policial que eu disse no começo, que foi preso com 8,6 gramas de crack, que mata mais rápido que a cocaína - e 19

pedras. O total de tudo: 12 quilogramas.

E ontem, Deputado Caíto, uma senhora, Dona Iolanda - uma vagabunda, canalha, isto é um câncer e tem que ser extirpado, é uma ferida. O traficante, Deputado Caíto, é como um "criame" de baratas: não adianta você matar uma barata, elas se procriam; você tem que matar o ninho inteiro. Ontem foi presa uma vagabunda, assassina, ordinária, na Capital do Estado. Ela guardava, Deputado Caíto, a cocaína na cama onde ela dormia. E com todo o respeito, mas vocês sabem que bandido é bandido, e para mim bandido bom é bandido morto. Para mim, "o macaco tem que comer a banana e não a banana comer o macaco".

Então, Deputado Caíto, para mim, a melhor penitenciária para bandido é o cemitério, porque lá eles não fogem. E na cama desta cretina - Iolanda - queridinha, era uma cama de tubo, e ela tirava a tampa da cabeceira, enchia o cano de cocaína e tampava. Aí, carros importados paravam na casa dela, ela ia até a cama, destampava o cano, pegava a pinça, tirava a cocaína e entregava.

Graças à Polícia séria do meu Estado, graças a 99,9% da Polícia honesta - defendo a Polícia do meu Estado, Deputado Caíto, porque o senhor já foi Secretário de Estado, temos a melhor Polícia Militar do Brasil, temos a melhor Polícia Civil do Brasil, temos o melhor Ministério Público, o melhor Poder Judiciário, a melhor Ordem dos Advogados, temos os melhores jornalistas do Brasil, a melhor Assembleia Legislativa, a que mais produz no Brasil! Defendo este Parlamento com garra, porque isso é a minha vida. Como disse o Deputado Anibal Khury: "Por que você não traz a sua casa e monta no gabinete? Já dorme aqui, cozinha, vive aqui?"

Deputado José Maria, é brincadeira? Trinta e três policiais, dentro da Polícia Civil do Paraná vendem cocaína para matar os nossos filhos. Foi presa ontem a tarde a Dona Iolanda, foi presa com cocaína para matar milhares de jovens do Paraná inteiro.

Fica o meu desabafo, Caíto Quintana, e antes de encerrar, dou o meu aparte ao Deputado Toti Colaço, com muita satisfação.

O Sr. Toti Colaço - Não poderia deixar de hipotecar o meu total e irrestrito apoio ao trabalho que Vossa Excelência realiza no Estado do Paraná. Primeiramente como homem de imprensa, que vai na televisão e coloca a verdade escancarada para todos os paranaenses. E vai, com a mesma lealdade, e faz as críticas contundentes em cima dos marginais, dos bandidos, seja lá ele quem for. Vem aqui nesta Casa, como Parlamentar, representante do povo e coloca também, com a mesma naturalidade, com a mesma emoção, e às vezes com muita frieza, o que acontece por aí. Que se não for o trabalho feito pela imprensa do Paraná, por Vossa Excelência e demais companheiros e tornar a público o que isto acontece, ficaria sem que ninguém tomasse conhecimento.

O fato de Vossa Excelência chamá-los de canalhas, de bandidos, Vossa Excelência tem que ter de nossa parte o respeito pela coragem que tem, da forma que se expõe diante dos bandidos de todo o Estado do Paraná. Vossa Excelência coloca muito bem, quando diz que existe uma parte da Polícia Civil, uma parte pequena aqui, que machuca, que destrói um trabalho sério da Polícia Civil do nosso Estado.

Quando Vossa Excelência estava fazendo o seu pronunciamento, nesta tarde, me vinha na mente, que a televisão, a imprensa de um modo geral, recentemente vem colocando - na "TV Globo", inclusive - de um professora que fora assassinada por tentar corrigir e proibir que os traficantes pudessem ao redor da escola, estar levando a maconha, o veneno para os seus alunos, uma escola pública do Estado de São Paulo. E o que foi que aconteceu com ela? Apareceu numa sarjeta, numa vala, com sete, oito tiros, morta, com trinta e um anos de idade.

Então, acho que tratar este assunto, do tráfico de drogas, dentro do Estado do Paraná, primeiro tem que ter coragem, segundo tem que ter o apoio de toda a imprensa do nosso Estado, porque é muito dinheiro que corre por debaixo deste silêncio todo. Meu prezado amigo Luiz Carlos Alborghetti, Vossa Excelência sinaliza que tem muitos casos que passam, muitas vezes, da própria justiça, pelo próprio Poder Executivo, Judiciário, passam por dentro, porque é tão fácil colocar um

mandato de prisão imediatamente, seja lá por quem quer que seja. Mas parece que todo mundo tem medo de falar do tráfico de drogas.

Por isso que neste instante, quero cumprimentar Vossa Excelência, ser solidário, estar do seu lado, o pouco que podemos fazer, rezar para que Vossa Excelência possa ser protegido pela força divina. Porque na verdade, quem mexe com isso está exposto.

A nossa solidariedade, o nosso apoio. Conte com a gente para o que der e vier. Obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para finalizar. O senhor está me dando forças para que eu continue a minha luta. Na televisão, ao meio dia e meia e aqui, no Plenário desta Casa, porque no meu gabinete - não sou médico - mas veja dezenas de mães chorando lágrimas de sangue, e a última delas que esteve lá na semana passada, conta que sua filha estava comendo cogumelo batido com Coca-Cola e esperava o disco voador passar. Não sei em qual bairro do Estado do Paraná. A menina estava dopada já fazia 72 horas. Coisas inacreditáveis vejo em minha trajetória!

Hoje, ouvindo a "Rádio CBN" - que me viciou, que está dando um banho de jornalismo no Brasil - o Heródoto e o Gilberto Dimenstein estavam analisando uma pesquisa feita em São Paulo. Gilberto Dimenstein, vocês conhecem, um jornalista de caráter. Ouvindo, parei o carro, porque sou Deputado, o povo vota em mim, tenho um dever. Somos Deputados, temos um dever, não é só com o Prefeito, com o Vereador, temos um dever com a família, porque se a família vai mal, a casa vai mal; se a casa vai mal, o bairro vai mal; se o bairro vai mal, a cidade vai mal. Esses jornalistas mostraram uma pesquisa que, em São Paulo, o tráfico está nas escolas mais importantes. Não está na escolinha da favela, no bairro simples. A cocaína está entrando nas escolas importantes. Outro detalhe, Senhores Deputados: sabem quais são os carros que param, em São Paulo, para comprar a cocaína? Não é o Gol 1000, não, não é o carro popular, não. É a Mercedes, é a BMW, é a Audi, é a classe média alta. Se duvidam de mim, requisitem a fita do dia de hoje do jornal da "CBN", na hora em que o Heródo-

to chama o Gilberto Dimenstein para comentar a análise do dia.

Digo a Vossas Excelências: não parem! Vamos lutar! Não é por nós, é pelo futuro dos nossos filhos. É pelo futuro das nossas jovens que ainda vão casar, irão engravidar e carregar por nove meses no seu ventre o seu filho. Para depois, um vagabundo, um canalha roubar da mãe aquilo que ela carregou por nove meses no seu ventre! Ninguém tem esse direito! Ninguém tem o direito de tirar a vida do seu filho! Ninguém tem o direito de assassinar os filhos do Paraná!

Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)
- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Hoje pela manhã, os funcionários do Banco do Estado do Paraná fizeram uma reunião lá no Centro Administrativo, em Santa Cândida, por volta das 8:30, 9:00 horas e tem funcionários do Banco do Estado do Paraná que estão presentes nas galerias, está presente aqui, uma comissão de funcionários do interior, de várias cidades, que estão fazendo algumas visitas aos Deputados solicitando à Assembléia Legislativa que abra a discussão sobre a perspectiva do saneamento do Banco.

O que queremos é poder discutir as alternativas, do ponto de vista, do que que é possível junto ao Governo Federal, no sentido de sanear o Banco do Estado do Paraná e não de vender o Banco do Estado do Paraná, entregar o Banco para a iniciativa privada.

Há discordância a respeito dos números. Acho que o Governo do Estado vai ter muita dificuldade para mudar os números apresentados aqui na Assembléia, quando foi votada a lei, no final de dezembro. Porque a dívida estrutura do Banco não modificou a dívida do Estado do Paraná, que é a dívida mobiliária também não modificou, neste período. Há uma pequena correção monetária em função dos meses de janeiro e fevereiro, mas a grosso modo, a dívida é a mesma e a perspectiva que existia era do saneamento.

Os Senhores Deputados já sabem de todo esse transcorrer que tem acon-

tecido em relação ao Banco do Estado do Paraná.

Mas, hoje pela manhã, dois mil funcionários do Centro Administrativo de Santa Cândida, deixaram as suas atividades, bateram o ponto e desceram para o pátio da empresa, para fazer uma assembléia, onde foram explanados os problemas do Banco do Estado do Paraná e as dificuldades do nosso Banco, como é que esta em curso este processo de negociação de venda do Banco do Estado do Paraná. Falou nesta assembléia o Presidente do Banco, o Senhor Neco Garcia, e para surpresa minha - e acho que para surpresa de todos os cidadãos de Curitiba - o Presidente do Banco do Estado do Paraná fez algumas afirmações a respeito dos Deputados da Assembléia Legislativa.

Então, tive o cuidado de, agora, ao meio dia, requerer a fita junto a "CBN", de uma entrevista que o Presidente do Banco deu, ao vivo, enquanto eu estava falando aos funcionários do Banco do Estado do Paraná. Ele estava atrás do mim e fez uma entrevista junto à "Rádio CBN".

Vou pedir a atenção dos Senhores Deputados para escutar o que o Senhor Neco Garcia disse a respeito do Banco do Estado do Paraná e em relação à Assembléia Legislativa.

(Inicia a audição da fita apresentada)

"REPÓRTER - A Assembléia começou a poucos minutos e para surpresa dos próprios funcionários, o Presidente do BANEESTADO, Manoel Garcia veio aqui também para acompanhar esta reunião. Liderou os funcionários por quinze minutos.

Vou conversar um pouco com o Presidente do BANEESTADO, para saber como o senhor avalia essa manifestação feita hoje em frente ao Conglomerado.

SENHOR NECO GARCIA - Eu entendo que é uma manifestação democrática, aonde um grupo de sindicalistas reuniram os funcionários do Banco do Estado do Paraná aqui - e com a autorização da Presidência. Foi pedido 15 minutos, e diga-se de passagem já passaram os 15 minutos solicitados, de ausência ao trabalho dos funcionários do Banco do Estado do Paraná. É uma atividade, na minha opinião, do Sindicato Anarquís-

ta, Movimento Político, aonde um Deputado agora está usando a palavra. Até vou aproveitar a gentileza do Deputado, da presença dele aqui e levar uma mensagem aos colegas dele na Assembleia Legislativa: que paguem também, vários Deputados devem há muitos anos ao Banco do Estado do Paraná.

Então, eles também que se dignem pagar os seus compromissos junto ao Banco do Estado do Paraná, que eles não estão honrando, se por acaso eles estão honrando a cadeira, aonde eles têm na Assembleia, eles não estão honrando os seus empréstimos feito ao Banco do Estado do Paraná e são muitos.

REPÓRTER - O Deputado que fala neste momento é o Deputado Ângelo Vannahoni, do PT.

Presidente, o senhor acha que este movimento é do Sindicato e também movimento de algumas lideranças? Pode reverter algum ponto da privatização do Banco?

SENHOR NECO GARCIA - De forma nenhuma, o Sindicato tem que acordar porque o País, o mundo está passando por uma transformação global. Há uma exigência do Fundo Monetário Internacional, há uma exigência do Banco Central para privatizar todas as entidades financeiras de posse de Governos Estaduais, inclusive, o Banco do Brasil também será privatizado.

É um movimento de anarquia, política próximo ao movimento de eleições.

(Termina a audição da fita apresentada)

Presidente Luiz Carlos Zuk, em exercício, vejam só: a questão de um anos atrás, os funcionários do Banco do Estado abriram mão de receber o que tinha de direito da inflação, doaram parte de seus salários para que o Banco suportasse os problemas que estavam vivenciando, não houve reajuste nestes três anos e de conquistas que o bancário do Banco do Estado tinha e que tem o seu salário médio na ordem de 800 reais; e o senhor sabe, Deputado, que criar dois filhos, ser pai e mãe de família, com 800 reais na atual conjuntura que vivemos, não é nada de privilégio, e 80% dos funcionários do

Banco do Estado percebem este salário.

O Presidente do Banco do Estado tem a "cara de pau, desculpem a expressão maldosa, de ira à assembleia, onde do Governo do Estado está dizendo que é preciso privatizar o Banco e ele transfere a responsabilidade por este gesto do Governo do Estado do Paraná, nos ombros de dez mil funcionários do Banco do Estado, que recebem os miseráveis 800 reais por mês, de salário. Mais do que isso: o Presidente Garcia, que tem a fama de ser arrojado, corajoso, homem honesto, íntegro, que mandou pelo processo da Justiça o Secretário de Esporte e Turismo, que foi o Diretor da Leasing, não tem a coragem de nominar quais são os Deputados que devem ao há mais de onze anos e que estão causando prejuízos à instituição do Banco do Estado.

Sei quais são os Deputados que devem ao Banco do Estado e que não pagam. Sei de inúmeras operações irregulares dentro do BANESTADO. Não é isso o que queremos discutir e o Presidente do Banco precisa tomar conhecimento. O que nós, Deputados, queremos discutir, é se há uma possibilidade ou não junto aquilo que o Governo Federal está apresentando, porque é inadmissível que o Paraná fique de olhos fechados, de boca calada, sem ouvidos, porque o Governo Federal liberou 50 milhões de reais para saneamento dos Estados e das empresas financeiras. Só o BANESPA consumiu 30 bilhões desta verba federal. O Rio Grande do Sul deve sete bilhões de dívida mobiliária. O Estado do Rio de Janeiro deve sete bilhões de dívida mobiliária. O Estado do Paraná deve 475 milhões. O nosso Banco, sem sombra de dúvida, é o melhor banco estadual deste País. Precisa de um pequeno aporte de recursos do Governo Federal para solucionar este problema.

Vamos assistir o Presidente do Banco do Estado do Paraná criticar a classe política, porque é fácil dizer sem apresentar os nomes e as responsabilidades, dizer que os Deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná são os responsáveis pela inadimplência do Banco do Estado. Não quero declinar nomes, de operações, de inúmeras irregularidades no Banco. Não é este o nosso papel. Como não é esse o papel do Presidente do Banco, de vir fazer estas declarações na "Rádio

CBN", espalhando isso para o Paraná inteiro. Se algum Deputado deve, qual é a obrigação do Presidente do Banco do Estado do Paraná? É cobrar, executar, é por na justiça, é resgatar as garantias. O mesmo tratamento que é dado para um Deputado, tem que ser dado para qualquer cidadão que é cliente do Banco do Estado.

Então, no momento que estamos querendo discutir alternativas, os números, as possibilidades de procurar com que o Governo do Estado caminhe para outra solução que não essa de privatização. O Presidente do Banco faz um desserviço à política, faz um desserviço ao bom debate, faz um desserviço à que a consciência dos cidadãos percebam quais são os problemas reais do Banco do Estado. Porque, cá entre nós, os senhores sabem, eu sei, não é o problema deste ou daquele cidadão que deixou de pagar uma prestação, ou daquele Deputado que não pagou a prestação de um financiamento.

Problemas do Banco são problemas estruturais, que dizem respeito ao passado, de 20, 30 anos, em relação a economia do Estado do Paraná, é o BADEP, é o FDE, são operações que foram feitas a longo prazo, e que não é do Banco, são títulos de dívida pública.

Então, acho que conduzimos esta discussão para o seu verdadeiro pátio, para o seu leito, de quais são os números estruturais? Quais são as possibilidades de saída, para que essa empresa continue sendo uma empresa paranaense, que ela possa trazer o desenvolvimento econômico.

O BANESPA está aí, é a prova, foi saneado, foi federalizado. Mário Covas bateu firme, e o Banco hoje é o Banco que mais lucro dá no sistema financeiro todo. Catorze (14) Estados da Federação não estão privatizando seus Bancos. O Rio Grande do Sul, nosso Estado vizinho, com uma economia parecida com a nossa, muito mais endividado, deve sete bilhões, só de dívida mobiliária. Não quis abrir mão do seu BANRISUL. Tinha uma pequena caixa lá, uma pequena instituição financeira, chamada Caixa Econômica do Rio Grande do Sul, com perto de 380 funcionários, acoplou esta empresa no BANRISUL, saneou o BANRISUL, e vai fazer do BANRISUL um grande Banco, como o BANESPA está sendo. Então, por que

será que temos que conduzir esse debate sobre as denúncias?

Ah, mas aquele fulano de tal, que é ligado a não sei quem, foi lá, pegou empréstimo de dois milhões e não pagou; o Deputado tal pegou 500 mil; o Deputado Vanhoni deve ao Banco 80 mil reais, e está agora dizendo que quer lutar pela privatização!

Ou conduzimos esse debate, tanto a situação quanto a oposição, da necessidade desta empresa se manter ou não, e ter a possibilidade de ser saneada ou não. Que é este o bom debate que queremos travar com o Governo. Não é o debate da mesquinhez, da pequenez, não é este o debate que o Neco Garcia propõe para a sociedade paranaense, que devemos traduzir aqui na Assembléia Legislativa.

Por isso, acho que a Presidência desta Casa deve tomar uma atitude. Porque não atingiu a mim, que tenho minhas contas pagas, porque sou funcionário do Banco. E vocês sabem, que sou aqui um defensor da manutenção do Banco como Banco público. Não atingiu a mim, que tenho crédito lá no Banco do Estado e paga com dificuldades, mas pago as prestações do meu empréstimo. Não atingiu a um outro qualquer outro Deputado. Atingiu a toda a classe política, e neste País é lugar comum dizer que Deputado é safado, que Deputado é sacana, que Deputado é isso e aquilo.

Este discurso, quando não nominamos, não responsabiliza, quando não cobramos corretamente, este discurso genérico, só faz com que a população cada vez mais não acredite na possibilidade de mudança. Porque todos os senhores aqui, quando vão lá para Cornélio Procopio, ou lá para Cianorte, quando vocês vão discutir os problemas e pedir votos, vocês vão discutir o problema de uma ponte que falta, vão discutir o problema de uma escola, de uma falta de creche, de uma indústria que precisa para a região. "É assim que vocês se elegem". "É assim que eu me elejo". Queremos elevar o debate político na sociedade, e este tipo de procedimento achincalha com a nossa sociedade, com a nossa representação.

Presidente Luiz Carlos Zuk encaminhe ao Presidente da Assembléia, Deputado Anibal Khury, que peça uma retratação pública, ou que ele nomeie quais são os Deputados que devem mas

que não honraram os seus compromissos. Não podemos admitir esse tipo de coisa na Assembléia Legislativa e no debate público sobre a questão do Banco do Estado.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Ângelo Vanhoni, Vossa Excelência uma vez mais dá condições de debate nesta Casa.

Deputado Valdir Rossoni, Vossa Excelência que é Líder do Governo, se nos perdermos na mesquinha como o Presidente do Banco usou a entrevista da "CBN", estaremos deixando de lado o principal pelo acessório.

Parabenizo Vossa Excelência, Deputado Ângelo Vanhoni, pela clareza desta discussão. Não vamos aqui discutir se fulano ou beltrano deve, eventualmente não pagou para o BANESTADO. Vamos discutir a essência do Banco do Estado, o que podemos fazer para que o Banco do Estado do Paraná continue a orgulhar os paranaenses como uma entidade, uma empresa pública.

Vamos discutir se deve-se através do Fundo do FDE ao Banco do Estado, que não é dívida do Banco. E foi isso vindo da Cidade Industrial, mas vamos avaliar na outra ponta o que a Cidade Industrial representou para a arrecadação do Estado do Paraná. Vamos discutir, Deputado Rossoni, se até poucos dias atrás o próprio Governo, a Bancada do Governo fazia defesas calorosas deste Plenário de que o Estado do Paraná é um dos Estados menos endividado, que tem condições, que os outros Estados devem mais do que nós, que estão quebrados e nós não estamos.

Por que não vamos encarar, então, essa discussão agora, Deputado Ângelo Vanhoni, tentando mostrar que o Banco do Estado do Paraná é o mais sólido instrumento de desenvolvimento do nosso Estado no curso de todos esses anos, e um Banco do Estado que apresentou índices extraordinários de rendimentos do seu patrimônio líquido? Vamos jogar a toalha no primeiro "round"? Não vamos lutar para salvar o que é nosso?

Então, quero nessa intervenção, parabenizar Vossa Excelência! Por quê? Porque dá o rumo do que temos que discutir.

Talvez o Presidente Neco Garcia, que nada tem a ver com o Banco do Estado, talvez seja esse um dos erros da

condução de alguém que não fez parte da luta de manutenção desse Banco, como esta Casa fez durante tantas e tantas vezes se posicionando favorável ao Banco, é um correntista que eventualmente passa à condição de Presidente de uma instituição que é de todos os paranaenses, e ao invés de lutar por ela, acha o caminho mais fácil que é acusar quatro, cinco, meia dúzia, e o pior, generalizar a questão dos Deputados.

Vamos discutir a essência, mas acima disso vamos todos juntos - espírito do corpo, é espírito de corpo - vamos pedir ao Presidente da Casa que oficialize ao Presidente do Banco do Estado que - ele que vai ter que depois fornecer a esta Casa - os números exatos da dificuldade do Banco para a assinatura do termo de privatização, que exija do Presidente do Banco; ou a retratação da acusação genérica sobre este Parlamento e esses Parlamentares, ou então que ele, efetivamente, faça a nominata daqueles que estão devendo e que não estão pagando. Mas, que faça também das grandes barbaridades cometidas, inclusive durante o tempo em que ele mesmo esteve na Presidência, como é o fato de diversos e diversos atos praticados erroneamente pelo Leasing e estão contabilizados hoje nas dívidas não pagas do Banco do Estado do Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni - Quero dizer a

Vossa Excelência que lamento as palavras desastrosas do Presidente através da "CBN", porque nós, que somos Deputados, que sabemos a luta que travamos em defesa da população paranaense, não podemos jamais aceitar este tipo de posição.

Então, quero dizer a Vossa Excelência e para todos os meus colegas Deputados, que deixo autorizado para que o Presidente do BANESTADO faça uso da quebra do sigilo bancário da minha pessoa física e jurídica.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Pelo conhecimento que tenho da sua pessoa e da sua conduta política, não poderia esperar outra posição que não fosse esta.

Mas, não posso deixar de parabenizá-lo por este gesto que não repercute apenas em cima da sua pessoa, mas repercute em cima de toda a classe

política, sejam os Deputados Estaduais, Vereadores, Deputados Federais de uma forma geral.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado Vanhoni, ouço as suas palavras e, na verdade, ouvi ao vivo a famosa entrevista do Neco Garcia. Enquanto Vossa Excelência discursava na assembléia dos funcionários do Banco, obviamente ele ficou irritado com a manifestação, com a mobilização que foi feita pelo Sindicato, com a adesão dos funcionários, e tentou agredir dois grupos específicos: tentou agredir Vossa Excelência pessoalmente e obviamente atingiu toda esta Casa na agressão que fez, e também acusou os funcionários de deverem onze milhões de reais e terem este empréstimo a custo zero, enquanto Banco paga até quatro por cento nas operações de CDI.

Mas, Deputado Vanhoni, ia falar hoje, e até deixarei para amanhã porque Vossa Excelência está abordando com muita inteligência, e gostaria que a Mesa considerasse, porque o ex-Diretor do Banco, Pedro Geraldo, publica hoje um artigo no "Estado do Paraná" onde revela os números do Banco e as soluções possíveis e as responsabilidades que devem ser tomadas pelo Governo do Estado. Da mesma forma, o jornal "Gazeta Mercantil" publica uma ampla reportagem porque a Diretoria Financeira do Banco, e este artigo traz estes números, demonstra que o Banco poderia estar tendo um lucro de 119 milhões relativos ao exercício de 97, se não houvessem os absurdos que foram cometidos, como, por exemplo, a compra dos precatórios podres, o passivo do BADEP, e outras coisas bem demonstradas pelo Pedro Geraldo.

Mas eu queria, Deputado Vanhoni, dizer que embora concorde com o Deputado Caíto Quintana, que o Neco Garcia é acessório neste processo todo, acho que ele poderia explicar para a sociedade paranaense porque a "Gazeta do Povo" publicou na edição de domingo, duas páginas de uma contestação que é feita a uma empresa denominada "Desafio Locadora de Veículos" que é oriunda da Club Car, que foi discutida aqui na Casa, daqueles empréstimos de dez bilhões de reais, e publica a contestação a uma decisão favorável a esta empresa, e diga-se de passagem, a família Pisani, o Grupo Dipave, Flo-

rençam, são empresas tradicionais da Capital, não são gente que chegou aqui ontem, como aqueles que vieram do Sergipe fazer operações bancárias.

Mas, o mais interessante é que ele gastou 150 mil reais para publicar esta contestação do Banco, da ação da 4ª Vara da Fazenda Pública e o advogado da BANESTADO Leasing estranhamente é o mesmo advogado da Viação Garcia. Confesso que gostaria de saber publicamente do Neco Garcia, porque o advogado da Viação Garcia é o advogado da BANESTADO Leasing. E, devo dizer, Senhor Presidente, que ele, Neco Garcia, que tanto fala em privatização, poderia dar uma grande demonstração para o Paraná, privatizando e abrindo mão do monopólio, que a Viação Garcia tem das linhas de transporte que possui, interestaduais e intermunicipais do Estado do Paraná. Acho que isso seria um grande benefício para o Estado do Paraná.

Vossa Excelência tem razão. Cada vez mais me convenço que nesta questão do Banco, a sociedade paranaense, aos poucos, está se mobilizando e entendendo o prejuízo que vai ter com a entrega desse patrimônio público. Porque, só de funcionários do Banco, serão 5.500 demitidos - chefes de família - que perderão seu emprego, única e exclusivamente pela vontade do atual ocupante do Palácio Iguaçu, que infelizmente, é insensível em relação ao drama das famílias.

Não adianta nada publicar matérias pagas no jornal "Indústria e Comércio", dizendo que as montadoras vão gerar 5.450 empregos, quando na verdade tiram 5.500, só privatizando o Banco, quando há um outro caminho, uma outra alternativa de manter o BANESTADO como Banco público.

Parabenizo a Vossa Excelência pelo pronunciamento desta tarde.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Antes de conceder os apartes para Vossas Excelências, Deputados Alborghetti e Toti, gostaria de dar alguns dados para que Vossas Excelências compreendessem o que está em jogo.

O Banco do Estado do Paraná, no Paraná, detém 50% do mercado financeiro. Isto é lógico. Se esses 50%, um percentual desta envergadura está nas mãos do Banco do Estado, é natural que interesses de HSBC, dos Bancos priva-

dos é muito grande. Porque o Banco do Estado, deixando de existir, aumenta a lucratividade das empresas privadas. Mais do que isso, a arrecadação de ICMS do Governo do Estado do Paraná, de taxas, tarifas, etc., só de IPVA, são duzentos milhões/ano; só de ICMS, é perto da quantia de duzentos milhões/mês, que o Estado do Paraná arrecada. O depositário disso é o Banco público. Ao deixar de existir o Banco do Estado do Paraná, como controlador acionário, o Governo do Estado, necessariamente, será com um Banco privado. E ao Banco privado trabalhar dois, três dias de prazo, negociando para os seus depósitos em convênio, terão somas vultuosíssimas de lucratividade.

Então, interesses econômicos, privados, na venda do Banco do Estado são fortíssimos. A pressão que exerce o sistema financeiro privado é muito grande. Só para vocês terem uma idéia, a Caderneta de Poupança do Banco do Estado do Paraná - em que pese todas as manchetes de jornais que saíram nos últimos quatro anos, dos problemas existentes no BANESTADO - é a segunda Caderneta de Poupança do Sul do Brasil. Só perde para uma caderneta de poupança - pasmem os senhores, é a maior do Brasil - que é a da Caixa Econômica Federal! Dá de dez a zero no Rio Grande do Sul; dá de dez a zero no Estado de Santa Catarina! Só a Caderneta de Poupança do Estado do Paraná, a lucratividade do nosso Banco, só com o cheque-especial, Deputado Alborghetti, para quem tem e o usa, é um ramo do Banco - a carteira do cheque-especial - dá para pagar o custeio e a folha de pagamento de todos os funcionários, que são 10.000, do Banco do Estado.

A receita é estimada em quarenta milhões de reais/mês, das taxas, tarifas e do cheque-especial, sem falar do CDB, de todas as aplicações do Banco do Estado.

O Presidente Neco Garcia comete uma injustiça tremenda com os funcionários: Deputado Valdir Rossoni, em março de 96, os trabalhadores do Banco do Estado abriram mão - não que deixaram de ganhar - o seu salário foi reduzido em 7%, uma doação que os funcionários fizeram, dando um lucro para o Banco de oitenta milhões de reais, para que o Banco tivesse a possibilidade de ser saneado.

Vejam só, o funcionário, quando chamado, guerreia, vai no mercado, vende produtos do Banco, faz ele continuar existindo, puxa a caderneta de poupança, desenvolve programas do Governo, na área da agricultura, da pequena empresa, serve bem à população. Porque em cidades aonde não têm lucro, temos várias agências que dão prejuízo, mas por quê isso? Porque a Agência, aqui da Muricy, a Agência da Rua XV, dá um lucro alto. Então, mantemos aquela da cidadezinha lá do interior que precisa de uma prestação de serviço. E para a iniciativa privada, eles não querem nem saber: aonde não dá lucro, eles fecham.

Nós, como somos um Banco público, relativizamos o lucro, para que toda a população paranaense seja bem assistida pelo Banco do Estado, tenha um lugar para depositar o seu dinheiro, cobrar as taxas, fazer os pagamentos, os programas do Governo e assim por diante.

Então, vejam só as injustiças que o Presidente do Banco atribui aos funcionários do BANESTADO. Senhores Deputados, não tenho autorização, não tenho procuração, mas posso lhes garantir que se for necessário, para visualizarmos uma perspectiva de saneamento do Banco do Estado, os 10 mil funcionários abrem mão dos pequenos salários que têm, na garantia de preservação dessa empresa. E poderíamos até fazer um pacto. Vamos fazer um pacto da mesma maneira que está sendo feito lá no Rio Grande do Sul com o BANRISUL. Se o Banco do Estado não estiver saneado e não sobreviver depois do saneamento com uma gestão profissional, não apresentar lucros anuais e semestrais, num prazo de dois anos rediscutiremos a possibilidade do Banco mudar de controlador.

Este é um pacto que acho que os funcionários estão de acordo que o Governo banque. Tenho certeza, Deputado Alborghetti, que se todos Deputados Estaduais - vamos tirar uma Comissão aqui de 15 Deputados, vamos pegar os Deputados Federais, conversar com o Governador Jaime Lerner, com o Giovani Gionédis, e vamos lá enfrentar o Pedro Parente e dizer: "Pedro Parente, o Paraná não merece o tratamento que lhe tem sido dado, o Paraná quer outro tratamento, quer manter a sua empresa, queremos o saneamento. E vamos entrar

aqui com ativos em caução. Não precisamos nem vender ações da SANEPAR, da COPEL, como foi feito para outros Estados. Por que não no nosso?

O Sr. Toti Colaço - Deputado Vanhoni,

Vossa Excelência aborda o assunto mais importante que se discute em todo o Estado do Paraná nesta tarde. O problema do nosso Banco - comentávamos com alguns funcionários há poucos instantes no meu gabinete - não é um problema jurídico e nem financeiro. O problema do BANESTADO é de ordem política.

Quero cumprimentar Vossa Excelência, a postura do Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, da maneira que se colocou nesta tarde aqui, com relação a essas declarações desastrosas do Presidente, Senhor Neco Garcia. Vossa Excelência colocou tecnicamente que ele deveria estar cuidando realmente do Banco e cobrando de quem deve, seja quem for: se é o Depurado que deve, se é o Secretário de Estado, se são empresários que deve. O mau cobrador comete o mesmo crime e o mesmo pecado do mau pagador, porque no próprio Direito Civil, aquele que não sabe cobrar também está cometendo um grande delito.

E o Governo do Estado, através do Senhor Presidente, está cometendo um erro maior, porque não está cobrando de quem deve.

Queria chamar a atenção aqui, Deputado Vanhoni, aproveitando o seu pronunciamento, da Bancada do Governo do Estado aqui nesta Casa. Chamar a atenção porque este assunto vai voltar daqui uns dias nesta Casa. Vem a história da privatização do Banco. As agências bancárias, os funcionários do Banco do Estado do Paraná, desde a nossa longínqua Inácio Martins - talvez um dos municípios de mais difícil acesso do Estado do Paraná, porque não temos um palmo de asfalto lá ainda - aquele pessoal e todos os demais do nosso Estado, haverão de se levantar. Primeiro os funcionários do Banco do Estado que já estão se levantando, haveremos de fazer um movimento, Vossa Excelência colocou no início da história da privatização aqui, de informarmos.

Somo-me a Vossa Excelência. Disse hoje àquela comissão de funcionários do Banco do Estado que esteve no

meu gabinete - começando pela minha querida Irati - haveremos de alugar uma casa em frente ao Banco do Estado, colocar faixas lá, para que os funcionários do Banco comprem esta encrência e a sociedade paranaense também. Porque não é possível nós, Senhores Deputados, os senhores são do interior do nosso Estado que apoiam o Governo, que estão do lado do Governo, neste momento, onde começa a entrar em jogo o maior patrimônio que o Estado tem, que é o Banco do Estado do Paraná.

Não posso crer que amanhã ou depois, Deputado Vanhoni, a Bancada do Governo vendo tudo isso que está acontecendo, porque é uma decisão eminentemente política, possam se posicionar, possam votar aqui autorizando o Governo do Estado dar o início ao procedimento da privatização do nosso Banco.

Quero deixar muito claro isso. Quando fechou-se o BADEP, Deputado Luiz Carlos Zuk, nosso Presidente aqui hoje, no Governo passado, houve por parte da Bancada na época da oposição, hoje situação, que fizeram críticas e mais críticas, denúncias e mais denúncias em cima do ex-Governador Álvaro Dias, hoje ex-Presidente da TELEPAR.

Foi feito uma mobilização quase que em massa aqui, e todos diziam que eram um crime que se cometia com o fechamento do BADEP, que é um acessório do Banco do Estado, que não passa de um departamento ou um pouco mais melhorado até, do que existe no próprio Banco hoje. Criou-se uma celeuma e até hoje cobra-se isso pela televisão, cobraram em campanhas políticas e pergunto agora: como é que fica agora com a privatização do Banco no atual Governo? Oferecendo o Banco a quem quer que seja, não trata-se financeiramente, longe disso! É problema político. São esses interesses obscuros que Vossa Excelência acabou de colocar, a movimentação do Banco, 50% das operações financeiras em todo o Estado do Paraná é que está em jogo. Aí é que está o grande interesse.

Espero que o nosso Presidente, Deputado Luiz Carlos Zuk, nesta tarde, passa acima de tudo, ao concluir esta reunião, se dirigir ao nosso grande Presidente, Deputado Anibal Khury, primeiro para que faça o Presidente do Banco se retratar e apontar quem são os devedores, ou se não se retratar

perante a sociedade paranaense das acusações que fez contra esse Parlamento, contra este Poder.

Em segundo lugar, do Governo e da Oposição, é o momento de fazermos em conjunto uma visita ao nosso Presidente Anibal Khury, para que ele compre esta briga, Vanhoni, assuma esta bandeira em defesa do nosso Banco, só resta uma esperança ao Paraná, é este Poder, somente o Poder Legislativo, somente a Assembléia Legislativa liderada pelos Deputado Anibal Khury, podemos evitar que se privatize o Banco amanhã ou depois, se o nosso Presidente, evidentemente não atender os clamores desta Casa toda, não tenho dúvidas que o rolo compressor amanhã ou depois irá esmagando funcionários, interesses outros, e vai ser autorizado a venda do Banco, que será o ato mais lesivo a toda a sociedade paranaense, principalmente a este Poder.

Obrigado!

O SR. ÂNGELO VANHONI - Gostaria só de agradecer e solicitar para que os Senhores Deputados leiam - do Presidente da Associação Comercial do Estado do Paraná, acho que refletiu bem o entendimento de um setor da classe empresarial do nosso Estado - o artigo publicado na "Gazeta do Povo" e na "Folha do Paraná", o Senhor Presidente da Associação Comercial do Paraná coloca claramente que a classe empresarial não vê com bons olhos a privatização do nosso Banco.

Então, Senhores Deputados, Senhor Presidente Luiz Carlos Zuk, vou aguardar que Vossa Excelência comunique o Presidente Anibal Khury, que exija do Presidente do Banco do Estado do Paraná, Senhor Neco Garcia, a retratação das palavras proferidas que macularam o Parlamento, ou a divulgação dos nomes de quem deve.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Antes de passar ao próximo orador inscrito, esta Presidência, em nome da Mesa Executiva desta Casa, na pessoa do nosso vice-Presidente Luiz Claudio Romanelli, do Neivo Beraldin, do nosso 1º Secretário Luiz Carlos Martins, do Nelson Garcia, do 3º e do 4º Secretários, queremos dizer a todos os senhores, que iremos levar ao conhecimento do ilustre Presidente Titular Deputado Anibal Khury.

Estas providências serão tomadas e a palavra dada por este Presidente do BANESTADO será será responsabilizada com a retratação e a divulgação dos nomes daqueles senhores que foram citados nessa entrevista que não deveria ocorrer.

Concedo a palavra ao Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Está na nossa pauta de trabalhos de hoje, no item 4º, o Projeto de Lei nº 034/98 em 2ª Discussão:

"Fica instituída a **ECOPARANÁ**, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, vinculada, por cooperação, à Secretaria do Estado do Esporte e do Turismo - SEET."

Este projeto já passou pela Comissão de Constituição e Justiça com pareceres favoráveis. Já passou em 1ª votação aqui no Plenário, quando foi apreciada a constitucionalidade do projeto. E, atendendo um apelo meu, como Presidente da Comissão de Turismo, para que o Deputado Anibal Khury remetesse o projeto para apreciação naquela Comissão Técnica que atua especificamente na área de turismo. Eu, preocupado com essa questão, que considero uma atividade econômica extremamente importante para o progresso do País, do Estado do Paraná e, particularmente, da minha região, procurei promover o mais amplo debate possível com entidades ligadas ao setor de turismo.

Para esse projeto foi designado o Deputado Élio Rusch como relator, que atua também na Região da Costa Oeste do Estado do Paraná, que, de comum acordo com o Secretário Oswaldo Magalhães, com o Deputado Anibal Khury, as próprias lideranças com as quais contatamos, acharam por bem acatar algumas sugestões de minha autoria e do Deputado Élio Rusch

Fiz questão de vir a esta tribuna para registrar o advento desse projeto de lei, que certamente será lei, por ver nesse instrumento uma ferramenta ágil para fazermos com que o nosso turismo seja realmente competitivo. Temos potencialidades enormes, mas se não tivermos a agilidade, profissionalismo, competência, e sobretudo envolvimento dos segmentos organi-

zados que atuam no setor, certamente nunca vamos fazer do turismo o que poder ser efetivamente aqui no Estado do Paraná. Mesmo explorado da forma como é o turismo hoje no Estado do Paraná, essa atividade é responsável por 9,7% do BIP do Estado. Se bem aproveitado, poderemos aumentar e muito esse BIP, e mais do que isso, gerarmos impostos, empregos e promovermos o desenvolvimento harmônico e justo do nosso Estado.

No dia de ontem e de hoje, estiveram aqui nessa Casa, em conversa com o Deputado Anibal Khury, o Senhor Nelson Mariani, que é o Presidente da ABAVE, Senhor Carlos Tavares, Presidente do Sindicato de Hotéis de Foz de Iguaçu; Senhor Miguel Sória, que é Presidente da FOZTUR; Senhor Nicério dos Santos, que é o Presidente do SINDITUR; Senhor Fernando Martins, que é Presidente da Câmara de Turismo; Senhor Eucide Cavalcanti, que é Secretário de Planejamento de Foz do Iguaçu.

Essas lideranças desse setor, vieram exatamente demonstrar o interesse de ver um projeto dessa natureza aprovado, mais do que isso, aperfeiçoado para que seja efetivamente, aquele instrumento por nós esperado.

Se a Casa já teve oportunidade de aprovar projetos dessa natureza - aliás, uma novidade, a figura jurídica da Organização social sem fins lucrativos, mas com caráter privado é uma inovação da legislação nacional. Seria a criação, através da autorização de uma medida provisória, de empresa pública, mas com caráter privado. Há questionamento, inclusive, sobre a constitucionalidade, há inclusive polêmica sobre a criação desse tipo de figura, desse tipo de personalidade jurídica.

Não cabe a mim, Presidente da Comissão de Turismo, nem à Comissão de Turismo analisar a questão da constitucionalidade, afinal de contas ela foi apreciada na Comissão e recebeu parecer favorável. O fato é que tenho certeza, que pela característica dessa empresa, certamente o setor de turismo vai ficar mais ágil, mais competitivo, com mais condições de concorrer com outros Estado da Federação, com essas empresas que atuam, cidades e Estados que atuam inclusive, países do mundo

que concorrem com o turismo da nossa região.

Por isso, caro Presidente, agradecendo o respaldo e o apoio que tive do Presidente da Casa, Anibal Khury, Deputado Élio Rusch, dos demais integrantes da Comissão de Turismo. Gostaria de agradecer, sobretudo, para a atenção que foi dispensada em razão das emendas que apresentei: uma delas prevê que a sede da ECOPARANÁ seria em Foz do Iguaçu, porque Foz do Iguaçu é o maior Polo Turístico do Estado, o segundo maior do Brasil, a terceira faria parte do Conselho da Administração um Deputado e um Prefeito da Região Oeste do Paraná.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, muito obrigado!

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Com a palavra, o ilustre Deputado Irineu Colombo, que irá anunciar, no nosso Pequeno Expediente, o orador a seguir a sua fala.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) -

Conforme já solicitado à Mesa, a presença do Professor Ivo Pereira de Queirós, que o Presidente do Sindicato dos Professores do CEFET do Paraná, que vai expor a nós todos, Deputados, a situação que se encontra o movimento grevista reivindicatório do CEFET Paraná, que já acontece há alguns dias, também, a partir de hoje com os técnicos do Brasil todo, juntamente com a Universidade Federal e, também, os técnicos da Universidade Federal, servidores administrativos, haja vista que estamos aproximadamente há quatro anos sem nenhum tipo de reajuste e nem sequer uma boa conversa com o Governo Federal, para tratar das questões salariais arrochadas, como acontece com os servidores públicos federais.

Então, passo a palavra para o Professor Ivo Pereira Queirós.

O SR. IVO PEREIRA QUEIRÓS (Presidente do SINDOCEFET) - (Lê):

"MENSAGEM DOS DOCENTES E TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DO CEFET-PR AOS SENHORES DEPUTADOS ESTADUAIS DO PARANÁ EM 14 DE ABRIL DE 1998

Senhor Presidente da Mesa, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.

Inicialmente, gostaríamos de agradecer a oportunidade que é concedida a nós servidores públicos federais do Paraná, para fazermos uso da tribuna desta Casa. Falamos aqui em nome dos professores e servidores técnicos-administrativos do CEFET-PR e também dos companheiros da Universidade Federal do Paraná.

Mais uma vez as entidades representativas dos docentes, técnicos-administrativos e estudantes do CEFET-PR vêm solicitar a intervenção de Vossas Excelências junto às respectivas bancadas federais a fim de se firmar uma mesa de negociação com o Ministro Paulo Renato de Souza, do Ministério da Educação e outras instâncias do Poder Público, quanto à questão salarial dos docentes e técnico-administrativos das Instituições Federais de Ensino Superior.

Desde 1996, o **ANDES-SN** - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, Sindicato Nacional - sede em Brasília, vem tentando negociar com o MEC a **questão salarial dos docentes**. Durante um ano de negociações, os representantes do nosso Sindicato Nacional foram recebidos apenas cinco vezes e pelo Secretário de Ensino Superior, Abílio Baeta Neves, pois o Ministro Paulo Renato negava-se a qualquer reunião. O dito Secretário nada encaminhou a respeito das reivindicações.

Apenas no dia 13 de março passado, quando as mobilizações já estavam acontecendo é que o Ministro da Educação recebeu o ANDES-Sindicato Nacional. Nesta reunião, disse que não se comprometeria em defender, junto a outras instâncias do poder, o reajuste emergencial de 48,65% para os docentes.

Sendo assim, desde o dia 31 de março próximo passado o ANDES/SN iniciou greve por tempo indeterminado nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). A pauta de reivindicações é a mesma protocolada junto ao MEC em 05.12.1996 reivindicando, entre outros, reajuste emergencial de 48,65%, ampliação das vagas para professores e concurso público para sua contratação, repúdio ao Programa de Incentivo à Docência imposto pelo MEC e abertura de negociações para a discussão da pauta.

Ao assumirmos o Governo, o Presidente Fernando Henrique conclama a sociedade para que dê sua participação em defesa da estabilização de nossa moeda. Por sermos cidadãos conscientes recebemos, voluntariosa e pacificamente, nossa parcela de sacrifício em defesa do bem comum aceitando, até, a política apresentada pelo governo de não reposição salarial, uma vez que a mesma seria aplicada de maneira igualitária aos demais segmentos do Poder Público.

Todavia, o Governo Federal, visando às eleições, patrocinou aumentos diferenciados de salário a alguns setores privilegiados, à classe política, ao Poder Judiciário, aos militares.

Como se não bastasse a mudança no entendimento das prioridades educacionais, o Governo Federal promove a desmoralização do ensino público de nosso País através de retiradas de verbas dos programas de treinamentos de universitários (PET); redução das bolsas de pós-graduação, mestrado e doutorado para os docentes; cortes nos programas de pesquisa e desenvolvimento em Ciência e Tecnologia; insuficientes recursos destinados à educação infantil, fundamental, média e superior.

Num momento em que os docentes e demais servidores públicos encontram-se a mais de três anos sem nenhuma reposição salarial, o Governo Federal determina um aumento nas gratificações de reitores de universidades (de R\$ 1.900,00 para R\$ 5.600,00) e chefes de departamentos (R\$ 198,00 para R\$ 500,00) - "Gazeta do Povo", 20.03.98, deixando o restante da categoria no esquecimento.

Ao longo do governo de Fernando Henrique Cardoso manifestações, paralisações, atos simbólicos, tentativas de negociações foram feitas a fim de sensibilizar as autoridades quanto a difícil realidade por que passávamos. Agora somos forçados a partir para uma greve por tempo indeterminado.

Sustentado por uma grande campanha de mídia que desinforma os cidadãos de nosso País, o governo Fernando Henrique Cardoso transforma as empresas, os serviços públicos e os servidores públicos, federais, estaduais e

municipais nos grandes vilões da história nacional, pregando a sua extinção pura e simples como o remédio para todos os males da nação.

Porém, a grande verdade é que o governo Fernando Henrique Cardoso estabeleceu a recessão, elevou o desemprego, manteve o arrocho salarial, socorreu com bilhões banqueiros falidos, utilizou o exército para reprimir trabalhadores em greve, não priorizou a reforma agrária, alterou a legislação sobre as terras indígenas, desmantelou o ensino técnico integrado de segundo grau dos CEFETs e Escolas Técnicas Federais e promove atualmente a falência do Sistema de Saúde Pública do País, deixando a população à mercê de epidemias.

Solicitamos, então, um trabalho efetivo de Vossas Excelências, como representantes do povo do Paraná e defensores dos direitos fundamentais, juntos aos Ministérios da Educação, do Planejamento, da Administração e Reforma do Estado, ao Presidente da República e a outras instâncias necessárias para que seja dada uma resposta à questão salarial da categoria docente e técnico-administrativa das Instituições Federais de Ensino Superior.

Solicitamos, ainda, empenho de Vossas Excelências, no sentido de sensibilizar positivamente os parlamentares da esfera federal, pela supressão do artigo 6º da Medida Provisória nº 1616, que dispõe sobre o "Plano de Incentivo à Docência", uma vez que esse plano beneficia apenas 30% dos professores de ensino superior; exclui os docentes de primeiro e segundo grau das Escolas Técnicas e CEFET's, os não titulados, os titulados em pós-graduação, os docentes em regime de 20 horas e os aposentados; impõe a divisão e a disputa interna nas Instituições entre os docentes que podem habilitar-se às bolsas; rompe com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e introduz a possibilidade de distribuição das bolsas de acordo com critérios pessoais de chefia.

Certos de contar com vossa solidariedade e apoio para a efetiva superação dos fatos que produziram esta greve, nos mantemos firmes no propósito de construir uma escola pública gratuita e de qualidade.

Muito obrigado.

(a) SINDOCEFET-PR
Seção Sindical dos Docentes do
CEFET-PR"

Aproveitamos o momento, para convidá-los a participarem conosco, professores e técnicos do CEFET, a estarmos amanhã no Calçadão da Rua XV, realizando um evento denominado "CEFET NA RUA", onde estarão sendo apresentados alguns trabalhos realizados dentro da nossa escola e nesse sentido revelamos à comunidade o que o Governo Federal tem feito no sentido de destruir esse patrimônio que constrói o Paraná.

Em nome de todos meus colegas professores do CEFET, alunos, técnicos administrativos, agradeço este momento.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

- Ilustre Professor Ivo, representante do Corpo Técnico do CEFET, tenha certeza que terá todo o apoio desta Casa, dos 54 Senhores Parlamentares.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 538, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão ordi-

nária, para apreciação de matéria aprovadas ou outras a serem incluídas.
Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/97, de autoria do Deputado Sâmis da Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar para a Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu - APASFI, conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..**

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Sâmis da Silva, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA DE PLENÁRIO, DE Nº 01
AO PROJETO DE LEI Nº 464/97**

O Art. 1º do Projeto de Lei nº 464/97, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu - APASFI, o imóvel constituído do lote de nº 2, da quadra 15, zona 'B', situado em Foz do Iguaçu, com área de 30 x 40 metros, registrado no Cartório de Registro de Imóveis daquele município, sob nº 2.780, folha 142, do livro nº 3-C, bem como as benfeitorias nele existentes."

Sala das Sessões, em 01.04.98.

(a) SÂMIS DA SILVA

Apoio: João Techy, Edno Guimarães, Basílio Zanusso, Luiz Accorsi.

JUSTIFICATIVA:

Faz-se necessário excluir o lote nº 4 atualmente está sendo utilizado pela unidade da SUDERHSA no Município de Foz do Iguaçu, cujo órgão manifestou interesse em continuá-lo ocupando.

Diante do exposto, na forma como apresentamos a emenda em apreço, estará sendo contemplada a Entidade com o lote de nº 2, bem como a SUDERHSA, que poderá permanecer no lote de nº 4.

O projeto foi remetido à C.C.J..

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mes-tres da Pré Escola do Instituto de Previdência do Estado, com sede e foro na Cidade de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/98, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública o Centro de Auxílio à Vida São Gabriel, com sede e foro nesta Capital. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/98, onde fica instituída a ECOPARANÁ, pessoa jurídica de Direito privado, sob a modalidade de Serviço Social Autônomo, vinculada, por cooperação, à Secretaria do Estado do Esporte e do Turismo. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.T.. EMENDAS DA C.T..**

COMISSÃO DE TURISMO

PROJETO DE LEI Nº 034/98

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 005/98, objetiva instituir a ECOPARANÁ, pessoa Jurídica de Direito Privado sob a modalidade de serviço social autônomo, vinculada, por cooperação, à Secretaria de Estado de Esporte e Turismo - SEET.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos legal, constitucional e regimental.

Chamada a opinar esta Comissão de Turismo de acordo com o que preceitua o parágrafo 13 do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nada que possa impedir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Contudo, apresentamos **EMENDAS** propostas pelo Deputado Sérgio Spada e por este relator, que julgamos de vital importância para melhor adequação do projeto em tela, para tanto, espe-

ramos contar com o apoio dos Senhores Deputados.

Sendo assim, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, com inclusão das emendas, em anexo.

Sala das Comissões, em 20.04.98.

(aa) SÉRGIO SPADA - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE TURISMO

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 034/98

Inclua-se no artigo 5º, item II:

- Representantes de entidades da sociedade civil:

...

d) um representante da Comissão de Turismo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná;

e) um representante do Conselho de Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu;"

Sala das Comissões, em 02.04.98.

(aa) SÉRGIO SPADA - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

Apoio: João Techy e Nelson Tureck
JUSTIFICATIVA:

A necessidade de gerência de maneira adequada o turismo no Estado do Paraná, dando ênfase ao turismo ecológico, faz com que haja o estímulo de participação da sociedade nos rumos da organização social.

A participação de um representante da Comissão de Turismo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no Conselho de Administração da ECOPARANÁ terá uma importância fundamental quando da objetivação de legislação específica e que contemple as necessidades dos pólos de desenvolvimento da atividade e dos parceiros econômicos na gestão do turismo como fonte de renda e emprego.

Como há um reconhecimento por parte dos municípios lindeiros ao Lago de Itaipu da necessidade de planejamento nos investimentos na atividade do turismo e ainda, das instalações físicas das Bases Náuticas, que conferiram ao Projeto Costa Oeste o aval definitivo para a atração de investidores privados, é importante ter no Conselho de Administração da ECOPARANÁ a participação efetiva de um representante daqueles municípios oestinos.

COMISSÃO DE TURISMO

EMENDA DO PROJETO DE LEI Nº 034/98

Inclua-se onde couber:

A ECOPARANÁ terá sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu.

Sala das Comissões, em 02.04.98.

(aa) SÉRGIO SPADA - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

Apoio: João Techy e Nelson Tureck
JUSTIFICATIVA:

A cidade que é polo do turismo no Paraná há muito anseia a constituição de uma entidade ou organismo estadual que auxilie e alavanque o desenvolvimento da atividade no Estado. Muitas são as entidades que atuam no sentido de aprimorar a atividades que é sustentáculo da região integrada pelos três países, na Tríplice Fronteira.

Com o reconhecimento por parte dos países que compõem o MERCOSUL da necessidade de um tratamento diferenciado aos municípios que integram o chamado Polo Internacional do Iguaçu, a sociedade espera o cumprimento de sugestões apresentadas durante campanha eleitoral majoritária, onde foi prometido a instalação da Secretaria de Estado de Turismo ou similar

Agora que a própria Secretaria de Estado de Turismo e Esporte apresenta uma exposição de motivos ao anteprojeto de lei em tela, cabe às lideranças políticas resgatarem o ideal de instalação da organização social na Cidade de Foz do Iguaçu.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em número de 09 (nove), de autoria de diversos Senhores Deputados, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 034/98

EMENDA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Inclua-se no artigo 5º, item III:

- Representantes de entidades da sociedade civil:

"f) um representante de entidades da sociedade civil;

g) um representante da Associação dos Municípios do litoral paranaense;"

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoio: Irineu Colombo, Doutor Rosinha, Sérgio Spada, João Techy, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A participação de um representante da Associação dos Municípios dos Campos Gerais e de um representantes da Associação dos Municípios do litoral paranaense justifica-se pelo fato destas regiões citadas possuírem um patrimônio natural, histórico e cultural importantes para o desenvolvimento do turismo e, conseqüentemente, para a economia da região.

Além disso, a presente emenda visa assegurar uma equidade no que se refere à representação regional.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

Art. ... - Fica modificado, no Projeto de Lei nº 034/98, em seu artigo 6º, Inciso IV, do Capítulo III - Da Competência e Atribuições dos órgãos da Administração, deixando sua redação da seguinte forma:

"Art. 6º - ...

I - ...

II - ...

III - ...

IV - Com a aprovação da Assembléia Legislativa, fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva;"

Os demais incisos permanecem inalterados.

Sala das Comissões, em 14.04.98.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Irineu Colombo.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03

Art. ... - Fica acrescido, no Projeto de Lei nº 034/98, em seu artigo 13, do Capítulo V - Do Controle da fiscalização o termo: "e pelo T.C./PR, ou T.C.U., quando o caso exigir," ficando sua redação da seguinte forma:

"Art. 13 - As contas da ECOPARANÁ deverão ser aprovadas, anualmente, pela Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná e pelo T.C./PR, ou T.C.U., quando o caso exigir."

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) TOTI COLAÇO

Apoio: Luiz Claudio Romanelli, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Irineu Colombo.

JUSTIFICATIVA:

A ECOPARANÁ preceitua em seu Artigo 10 o seguinte: "A ECOPARANÁ fica declarada como entidade de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais, inclusive tributários." E, logo a seguir, no seu Artigo 11 e parágrafos, preceitua: "Poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do Contrato de Gestão."

Assim, a ECOPARANÁ tem como desiderato o planejamento, a promoção e o gerenciamento de projetos relacionados ao turismo, com ênfase ao turismo ecológico, como instrumento para a proteção e preservação do meio ambiente, em cooperação com o Poder Público.

Tendo em vista o exposto, é imperativo que os Tribunais de Contas se manifestem, quando a ECOPARANÁ tiver qualquer tipo de benefício propiciado através dos cofres públicos, quer de âmbito estadual, quer de âmbito federal.

EMENDA MODIFICATIVA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 04

Art. 5º - O Conselho de Administração é composto por **doze (12) membros**:

III - Representantes de entidades educacionais:

- um representante do Núcleo de Estudos do Meio Ambiente da Universidade Estadual de Londrina - NEMA;
- um representante do Núcleo de pesquisa em Liminologia, equitologia e aquicultura da Universidade Estadual de Maringá - NUPELIA;
- um representante do Núcleo de Estudos Ambientais da Universidade de Ponta Grossa - NUCLEAM;
- Núcleo Institucional do meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná - NIMAD;
- um representante do Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Universidade Estadual do oeste do Paraná - NEI."

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamto: Luiz Claudio Romanelli, Toti Colaço, Orlando Pessuti, Irineu Colombo.

JUSTIFICATIVA:

A criação da ECOPARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, sob modalidade de serviço social autônomo sem fins lucrativos e de interesse coletivo, deixou de contemplar, no artigo 5º e seus incisos, a participação da sociedade civil, pois a AMP representa o conjunto dos municípios paranaenses e o IPD com estrutura francamente controlada pelo Estado do Paraná através de Conselhos.

Em tese, só existe um representante da sociedade civil propriamente dita, que é o Representante das Entidades Vinculadas ao Turismo em nosso Estado.

Desfrutando o Estado de Universidades em suas diversas regiões, todas com grupos e/ou núcleos de estudos ambientais com relevantes serviços prestados à comunidade científica, é que venho propor esta emenda ao Projeto de Lei nº 034/98, pois a sociedade paranaense não pode prescindir do ecletismo destes profissionais.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 05

"Art. 10 - A ECOPARANÁ fica declarada como entidade de interesse social, para todos os efeitos legais, inclusive tributários."

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamto: Luiz Claudio Romanelli, Toti Colaço, Orlando Pessuti, Irineu Colombo.

JUSTIFICATIVA:

A ECOPARANÁ não pode ser declarada de Utilidade Pública, pois este tipo de declaração só pode ser feita quando a instituição possui um ano de atividades.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 06

"f) um representante do Conselho de Municípios Lindeiros ao Lago formado pela Represa Capivárã."

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamto: Luiz Claudio Romanelli,

Toti Colaço, Orlando Pessuti, Irineu Colombo.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 07

Art. 5º - O Conselho de Administração é composto por **doze** membros:

I - Representantes do Poder Público

.....
.....
.....

II - Representantes de entidades da sociedade civil:

a)
b)
c)

"d) Consórcio Intermunicipal Para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência - CORIPA."

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) BETO RICHA

Apoiamto: José Maria Ferreira, João Techy, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda se justifica pelo extraordinário trabalho desenvolvido pelos Municípios e Entidades ligadas à CORIPA (Altônia, Guaíra, Icaraima, São Jorge do Patrocínio e Vila Alta) na conservação, preservação do Rio Paraná.

Sendo a ECOPARANÁ uma entidade voltada ao desenvolvimento da ecologia e meio-ambiente, nada mais correto e justo que fazer parte do órgão máximo da mesma os representantes e agentes de ações vinculadas com seus objetivos.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 08

Inclua-se alínea "d", item II, do artigo 5º:

"d) 01 representante da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral."

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(aa) ÉLIO RUSCH

SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A proposição justifica-se, tendo em vista que, em face das atribuições da SEPL, no que respeita a programação e as ações do Governo do Estado, é

indispensável sua participação numa entidade desta natureza.

**EMENDA MODIFICATIVA E ADITIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 09**

Altere-se o "caput" do artigo 5º e adite-se alínea ao inciso II do mesmo artigo, com as seguintes redações:

"Art. 5º - O Conselho de Administração é composto de 12 (doze) membros:

I - ...

II - ...

d) um representante do CORIPA - Consórcio Intermunicipal para Conservação do Remanescente do Rio Paraná e Áreas de Influência."

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) NELSON GARCIA

Apoiamento: Edno Guimarães, Carlos Simões, Walmor Trentini, Élio Rusch, Hidekazu Takayama.

O projeto será remetido às Comissões.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/98, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores dos Conjuntos Habitacionais Vila Verde III, IV e Arredores, com sede e foro no Município de Santa Tereza do Oeste - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Igreja Evangélica Pentecostal Povo Unido, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/98, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que declara de Utilidade Pública a Associação Clevelandense de Idosos, com sede e foro na Comarca de Clevelandia. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/98, que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, à Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, parte do imóvel de sua propriedade, denominado Lar Escola Hermínia Lupion, nesta Capital. COM PARECERES.

PROJETO DE LEI Nº 095/98

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Pastoral da Criança, organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos - CNBB, parte do imóvel de sua propriedade, com área de 19.136,86 m², com as benfeitorias sobre ele existentes, designado como Lar Escola Hermínia Lupion, situado nesta Cidade de Curitiba, no Bairro Vista Alegre, com as seguintes metragens e confrontações: partindo do ponto OPP, situado no encontro do alinhamento predial da Rua Jacarezinho e Rua Mamoré, segue pelo alinhamento predial da Rua Mamoré com azimuth 287º12'53" e distância de 144,00 m, até o ponto 01, deste segue com azimuth 60º42'05" e distância de 46,98 m, até o ponto 02, deste segue com azimuth 330º30'16" e distância de 37,70 m, até o ponto 03, deste segue com azimuth 83º17'14" e distância de 51,99 m, até o ponto 04, deste segue com azimuth 02º44'30" e distância de 58,05 m, até o ponto 05, deste segue com azimuth 60º38'09" e distância de 99,09 m, até o ponto 07, deste segue com azimuth 59º55'23" e distância de 23,00 m, até o ponto 08, deste segue com azimuth 149º57'34" e distância de 63,55m, até o ponto 09, confrontando em todas estas medidas com áreas remanescentes do Estado do Paraná, deste ponto segue pelo alinhamento da Rua Jacarezinho, com azimuth de 196º51'29" e distância de 65,15 m, até o ponto OPP, onde teve início esta descrição, área esta constante de parte das transcrições nºs 3.377 do livro 3-B e 28.297 do livro 3-H, ambos do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição desta Capital.

Art. 2º - A área de que trata o art. 1º desta lei, será cedida à Pastoral da Criança, para que aquela entidade a utilize exclusivamente para atender seus objetivos institucionais, conforme Estatuto registrado sob nº 14.839, do livro A, em 12 de dezembro de 1995, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos - Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou seja, o desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, tendo esta cessão duração de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período, mediante consenso entre as partes, não podendo a referida área ser utilizada para outros fins, nem ser transferida a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, mencionada Instituição cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direitos a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.04.98.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 095/98

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo autorizar a cessão, em caráter de utilização gratuita, à Pastoral da Criança, imóvel situado no Bairro Vista Alegre, nesta Capital.

Não encontrando nenhum óbice de natureza constitucional, legal e regimental para a tramitação da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça dá o seu parecer favorável, apresentando, também, emenda modificativa, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, ao art. 2º do plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
VALDIR ROSSONI - Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 095/98

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO

Altera-se o art. 2º, do Projeto de Lei nº 095/98, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - A área de que trata o art. 1º desta lei, será cedida à Pastoral da Criança, para que aquela entidade a para manter seus objetivos institucionais, conforme Estatuto registrado sob nº 14.839, do livro A, em 12 de dezembro de 1995, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos - Registro Civil das Pessoas Jurídicas, ou seja, o desenvolvimento integral das crianças, promovendo, em função delas, também suas famílias e comunidades, sem distinção de raça, cor, profissão, nacionalidade, sexo, credo religioso ou político, tendo esta cessão duração de 20 (vinte) anos, prorrogável por igual período, mediante consenso entre as partes, ficando, ainda, mencionada Instituição cessionária, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo."

Sala das Comissões, em 14.04.98.

(a) ANIBAL KHURY

Aprovado o projeto.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/98, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Reverendíssimo Bispo Emérito de Curitiba, Dom Jerônimo Mazzarotto. COM PARECER. **Aprovado.** (Publ. no D. A. nº 33, de 06.04.98).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 096/98

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná

ao Reverendíssimo Bispo Emérito de Curitiba, Dom Jerônimo Mazzarotto.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 14.04.98.

(a) JOEL COIMBRA

Presidente e Relator

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Sobre a mesa, Requerimento nº 540, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 541, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 543 e 544, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 545, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 546, de autoria dos Senhores Deputados Irineu Colombo, Sérgio Spada, Basílio Zanusso e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 550 e 551, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 552, de autoria dos Senhores Deputados Luiz Claudio Romanelli, Orlando Pessuti, Caio Quintana e Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 553 e 554, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 555, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 557, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 547 e 548, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vannoni, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Para Discutir, Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 155 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo mais, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 670/97; 019, 035, 040 e 056/98.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/98.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 145, 660/97; e 021/98.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 720, 722/97; 018, 027, 065/98;

e do Projeto de Resolução nº 004/96.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, EM SESSÃO DO DIA 14 DE ABRIL DE 1998.

**MATÉRIAS JORNALÍSTICAS REFERENTES
À PRIVATIZAÇÃO DO BANESTADO**

Jornais "O Estado do Paraná"
e
"Gazeta Mercantil"

Saneamento Financeiro do BANESTADO

Jornal "O Estado do Paraná"

Pedro Geraldo

Está faltando empenho das autoridades governamentais na negociação que se faz em Brasília. A constatação fica evidenciada nos atos e fatos gerados pelo governo nesses últimos dias.

Autorizado pela Lei Estadual nº 11.961 aprovada em dezembro de 1997 na Assembleia Legislativa, o Governador comparece em Brasília para fechar a negociação da rolagem da dívida do Estado e Saneamento Financeiro do BANESTADO, mas capitula sem oferecer resistência. Aceita o saneamento com o compromisso de privatizar o Banco do povo do Paraná.

Nos termos do Lei nº 11.961, o Governo do Estado demonstra as necessidades do Banco e equaciona o encaminhamento das soluções de forma convincente. Eis os números e a proposta:

DÍVIDA DO F.D.E.

R\$ 575.000.000,00 assim distribuída:

1.1 - C.D.I. - BADEP

R\$ 190.000.000,00

1.2 - CARTEIRA DE FOMENTO

R\$ 290.000.000,00

1.3 - BANESTADO REFLORESTADORA

R\$ 95.000.000,00

O F.D.E. não tem personalidade jurídica própria, logo a dívida é de responsabilidade direta do Tesouro. Para o Banco, este é um Ativo sem liquidez, que gera receitas de efeito meramente contábil. Acertadamente, o governo propõe à União o financiamento desse valor nos termos da Lei 9.496/97, proporcionando ao banco a

transformação de um Ativo Realizável a Longo Prazo em Ativo Disponível.

2 - ATIVOS DE RESPONSABILIDADE DA UNIÃO - R\$ 404.000.000,00, assim distribuídos:

2.1 - F.C.V.S. R\$ 279.903.000,00

2.2 - PROAGRO R\$ 22.494.000,00

SECURITIZAÇÃO DE OP. DE CRÉDITO RURAL - 1995

R\$ 102.303.000,00

Este ativo de responsabilidade do Tesouro Nacional - no caso do F.C.V.S. constituído nos últimos 30 anos -, o Estado propôs sua inclusão na rolagem da dívida para comprá-lo do Banco. Isso proporcionaria outra alavancagem de recursos, substituindo um Ativo Realizável a Longo Prazo, sem rentabilidade, por Ativo Disponível.

Além desses recursos que ingresariam no Banco via rolagem da dívida nos termos da Lei 9.496/97, o Estado obteve autorização para contratar financiamento, adquirir e assumir Passivos do Banco até o montante de R\$ 840.000.000,00, através dos dispositivos previsto na MP 1.590/17 de 20.11.97. Para sanear o Banco sem privatizar, o governo assumiria uma contrapartida de 50% deste valor, financiando o saldo juntamente com o montante da rolagem geral, pelo prazo de 30 anos, a um custo de I.G.P.-D.I. mais 6% a.a.

Na contrapartida, o Governo do Estado assumiria Passivos do BANESTADO junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal até o valor de R\$ 260.000.000,00 e caucionaria ou ofereceria em garantia até R\$ 350.000.000,00 em ações da COPEL.

Quando o Governo do Estado, no item 'a' do Art. 2º da Lei nº 11.961/97 admite que a necessidade de sua contrapartida no saneamento do Banco poderá chegar a R\$ 580.000.000,00, ele está se precavendo contra possíveis intransigências do Banco Central no curso das negociações. Ocorre que se a rolagem da dívida do Estado fosse aprovada nos termos propostos, bastaria ao Banco o provisionamento de R\$ 400.000.000,00 referente a operações inadimplentes, que teriam de ser inscritas em Crédito em Liquidação, cabendo ao Estado o aporte de 50%. No entanto, há outras pendên-

cias em discussão com o Banco Central, tecnicamente sustentáveis, mas que necessitam de boa vontade e consideração com o Paraná para que sejam acolhidas.

Entre os impasses que se estabeleceram no curso das negociações, constam segundo informações obtidas, que o BACEN teria exigido a inscrição em Crédito em Liquidação de R\$ 150.000.000,00 de Títulos Precatórios do Estado de Alagoas e o estorno de R\$ 240.000.000,00 de Crédito Tributário.

Além do procedimento contábil, o BACEN não estaria aceitando a inclusão desses valores no financiamento previsto na MP 1.590-17, exigindo do governo estadual sua cobertura integral. É descabida a exigência que faz o Banco Central do Brasil. Não tem fundamento técnico e jurídico sustentável.

Crédito Tributário, inscrito como Ativo Realizável a Médio Prazo, refere-se a provisões constituídas quando da inscrição de operações em Crédito em Liquidação. A Receita Federal não considera a despesa dedutível para efeito de apuração do lucro. No entanto, a Instituição Financeira - decorrido o prazo previsto em lei ou quando revertida a provisão -, poderá compensar estes valores do imposto a pagar. O BACEN considera este Ativo inconsistente porque o banco dele só usufruirá quando tiver lucro. É verdade, mas saneado, o BANESTADO será lucrativo.

Para o exercício de 1998 a Diretoria Financeira simulou dois orçamentos, um sem o saneamento, o outro com o Banco saneado. Se o Banco tivesse entrado no exercício devidamente saneado, o lucro projetado seria de R\$ 119.000.000,00.

Na questão dos Títulos Precatórios outra incoerência. Os referidos títulos foram colocados no mercado porque o Banco Central os legitimou com seu parecer favorável e o Senado da República deu autorização para as Unidades da Federação emití-los. A responsabilidade dos pareceres perante terceiros não é dos técnicos do BACEN, não é dos Senadores, mas das instituições que eles representam. Se as instituições públicas, ou privadas não respondem mais pelos atos de seus prepostos, então se faz necessário negar

os princípios gerais do direito. Se houve atos lesivos ao patrimônio público na emissão e comercialização desses títulos que cada instituição apure a responsabilidade e puna seus infratores, mas a liquidez dos títulos não se pode questionar.

Segundo o Ministério da Fazenda, doze Estados mantiveram seus Bancos, entre eles, Amazonas, Goiás, Paraíba, Deputados Federais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Piauí. O Paraná não faz tempo, perdeu um banco genuinamente paranaense, BAMERINDUS, adquirido por um grupo estrangeiro com o generoso financiamento do PROER. Agora é a vez do BANESTADO, um patrimônio construído ao longo de 70 anos pelo trabalho e esforço comum: seus funcionários e do laborioso povo paranaense.

Vender o BANESTADO significa abrir mão do direcionamento do crédito para setores estratégicos do governo, renunciar o gerenciamento da poupança gerada pelos setores público e privado, que nas mãos de novos donos, será aplicada onde ditarem seus interesses maiores.

O BANESTADO está presente em todos os municípios paranaenses, tem compromisso com o desenvolvimento social e econômico do Estado. Tem razão **Ardisson Akel**, Presidente da Associação Comercial do Paraná, quando convocadas as forças vivas do Estado: imprensa, os sindicatos patronais e de empregados, os profissionais liberais, os funcionários públicos e todos aqueles que aqui vivem e trabalham, para defesa do nosso Banco. O Paraná merece respeito."

"BANESTADO PODERIA TER LUCRO DE
R\$ 119 MILHÕES

Ex-Diretor Defende Tese de Saneamento
Sem Privatização

Jornal 'Gazeta Mercantil'

Ao divulgar ontem uma análise sobre os números que compõem a dívida do Banco do Estado do Paraná (BANESTADO), o advogado e funcionário aposentado da instituição, Pedro Geraldo, afirmou que uma projeção da Diretoria Financeira mostra que, se estivesse saneado, o banco teria, este ano, um lucro de R\$ 119 milhões. Pedro

Geraldo, que ocupou a Diretoria de Crédito ao Consumidor entre 1989 e 1994, defende a tese de que é possível sanear o BANESTADO sem privatizar e considera 'descabidas' algumas exigências feitas pelo Banco Central na negociação da dívida paranaense. Ele considera convincentes as soluções que haviam sido propostas pelo Governo do Estado aprovadas pela Assembleia Legislativa em dezembro do ano passado. Engajado no movimento contra a privatização do banco, o advogado afirma que não se trata de apenas fazer oposição ao governo estadual, mas de defender um patrimônio construído pelos paranaenses nos últimos 70 anos. Segundo ele, se o Governador Jaime Lerner defendesse esta tese, teria o apoio de toda a oposição. A privatização do BANESTADO faz parte do acordo assinado no final de março pelo Governo do Paraná com o Banco Central, que prevê a renegociação da dívida do Estado, com repasse de R\$ 2,6 bilhões para pagamento em 30 anos."

**"BANESTADO PODERIA TER LUCRO DE
R\$ 119 MILHÕES**

Ex-Diretor defende saneamento sem privatização e afirma que exigências feitas pelo Banco Central são
'descabidas'

Se tivesse entrado no exercício de 1998 devidamente saneado, o Banco do Estado do Paraná (BANESTADO) teria um lucro, pronto, de R\$ 119 milhões. A projeção teria sido feita pela diretoria financeira da instituição, segundo afirmou ontem o advogado e funcionário aposentado, Pedro Geraldo, que presidiu a Diretoria de Crédito ao Consumidor entre 1989 e 94. Em nota que divulgou ontem, detalhou que as dívidas do Banco a partir da Lei Estadual nº 11.961, aprovada pela Assembleia Legislativa em dezembro do ano passado, Geraldo defende a tese de que é possível saber se o Banco sem privatizar e considera 'descabidas' as exigências feitas pelo Banco Central do Paraná.

O objetivo do estudo, garante o advogado, não é simplesmente de oposição ao Governo do Estado, mas informar a população sobre a situação real do BANESTADO. 'Se o governo resolvesse

resistir à privatização, ele certamente teria o apoio da oposição, dos Deputados Estaduais aos Federais e Senadores', afirma. 'Segundo o Ministério da Fazenda, 12 Estados mantiveram seus Bancos, entre eles Amazonas, Paraíba, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Piauí. O Paraná, não faz muito, perdeu um banco genuinamente paranaense, o BAMERINDUS, adquirido por um grupo estrangeiro com generoso financiamento do PROER. Agora é a vez do BANESTADO, um patrimônio construído ao longo de 70 anos', afirma. A Lei Estadual aprovada pela Assembleia Legislativa, segundo Geraldo, apresentava soluções convincentes. Ao detalhar os números, ele destaca que R\$ 575 milhões são do Fundo de Desenvolvimento do Estado (FDE) 'que não tem personalidade jurídica própria, logo a dívida é de responsabilidade direta do Tesouro. Para o banco, este é um Ativo sem liquidez, que gera receitas de efeito meramente contábil. Acertadamente o governo propôs, através dessa lei estadual, o financiamento deste valor, permitindo ao banco a transformação de um Ativo realizável a Longo Prazo em Ativo Disponível'. Os R\$ 575 milhões são compostos por R\$ 190 milhões de CDI e BADEP; R\$ 290 milhões da Carteira de Fomento; e R\$ 95 milhões da BANESTADO Reflorestadora.

Outra parte da dívida (R\$ 404 milhões), explica Geraldo, é de responsabilidade da União. Estes valores são provenientes do Fundo de Valorização de Compensações Salariais (FCVS), de R\$ 279,9 milhões; PROGARGO, R\$ 22,4 milhões; e Securitização de Operações de Crédito Rural de 1995, de R\$ 102,3 milhões. 'No caso desta ativo de responsabilidade do Tesouro Nacional, - no caso do FCVS, constituído nos últimos 30 anos, o Estado propôs sua inclusão na rolagem da dívida para comprá-lo do Banco. Isso proporcionaria outra alavancagem de recursos substituindo um Ativo Realizável a Longo Prazo, sem rentabilidade, por Ativo Disponível'.

O advogado afirma que além desses recursos, que ingressariam no Banco via rolagem da dívida, o Estado obteve autorização para contratar financiamentos, adquirir e assumir Passivos do BANESTADO até o montante de

R\$ 840 milhões, através dos dispositivos da Medida Provisória 1.590, de novembro do ano passado. 'Para sanear o banco, sem privatizar, o governo assumiria uma contrapartida de 50% deste valor, financiando o saldo juntamente com o montante da rolagem geral, pelo prazo de 30 anos, a um custo de IGPMI, mais 6% a.a.'. Na contrapartida, explica ele, o Governo do Estado assumiria Passivos do BANESTADO junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal até o valor de R\$ 260 milhões e caucionaria ou ofereceria em garantia até R\$ 350 milhões em ações da Companhia Paranaense de Energia - (COPEL).

Segundo Pedro Geraldo, se a rolagem da dívida do Estado fosse aprovada nos termos previstos, bastaria o provisionamento de R\$m 400 milhões referentes a operações inadimplentes, que teriam que ser inscritas no crédito em liquidação, cabendo ao Estado aporte de 50%. 'No entanto há outras pendências em discussão com o Banco Central, tecnicamente sustentáveis mas que necessitam de boa vontade e consideração com o Paraná para que sejam acolhidas', afirma.

Entre os impasses que se estabeleceram no curso das negociações, afirma o advogado, constariam a exigência do Banco Central da inscrição em Créditos em Liquidação de R\$ 150 milhões de Títulos Precatórios do Estado de Alagoas e o estorno de R\$ 240 milhões de Crédito Tributário. 'Além do procedimento contábil, o Banco Central não estaria aceitando a inclusão desses valores no financiamento previsto pela MP 1.590-17, exigindo a cobertura integral. É descabida a exigência que faz o Banco Central do Brasil. Não tem fundamento técnico e jurídico sustentável', afirma.

Pedro Geraldo lembra que o Crédito Tributário inscrito como Ativo Realizável a Médio Prazo, refere-se a

provisões constituídas quando da inscrição de operações em Crédito em Liquidação. 'A Receita Federal não considera a despesa dedutível para efeito de apuração de lucro. No entanto, a instituição financeira, decorrido o prazo previsto em lei ou quando revertida a provisão - poderá compensar estes valores do imposto a pagar. O Banco Central considera este ativo inconsistente porque o Banco só irá usufruir dele quando tiver lucro. É verdade, mas saneado, o BANESTADO será lucrativo.

O advogado também considera uma incoerência a questão dos títulos precatórios. 'Os referidos títulos foram colocados no mercado porque o Banco Central os legitimou com seu parecer favorável e o Senado da República autorizou as unidades da Federação a emití-los. A responsabilidade dos pareceres perante terceiros não é dos técnicos do Banco Central, não é dos Senadores, mas das Instituições que eles representam. Se as instituições públicas ou privadas não respondem mais pelos atos de seus prepostos, então se faz necessário negar os princípios gerais do direito. Se houve atos lesivos ao patrimônio público na emissão e comercialização desses títulos, que cada instituição apure a responsabilidade e puna seus infratores, mas a liquidez dos títulos não se pode questionar.'

Vender o BANESTADO, afirma o ex-diretor da instituição, significa 'abrir mão do direcionamento do crédito para os setores estratégicos do governo, renunciar o gerenciamento da poupança gerada pelo setor público e privado que na mão de seus novos donos, será aplicada onde ditarem seus interesses maiores. O BANESTADO está presente em todos os municípios paranaenses e tem compromisso com o desenvolvimento social e econômico do Estado'.